

**Rogério Baptistini Mendes**

**AZEVEDO AMARAL E O BRASIL MODERNO: A  
VIA AUTORITÁRIA DA MODERNIZAÇÃO**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento  
de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas,  
sob a orientação do  
Prof. Dr. Renato Ortiz.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em

...12/1...12.../...95.....

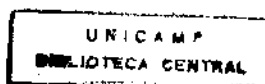
**Banca:**

Prof. Dr. Renato Ortiz

Prof(a). Dr(a). Élide Rugai Bastos

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira

**Novembro de 1995**



UNIDADE	TBC	
N.º CHAMADA:	T. UNICAMP	
	M522A	
V.	Ex.	
T. Nº 10 BC/	26722	
PRNC.	667/96	
C	<input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00	
DATA	7/2/96	
N.º CPD		

CM-0 00 8 307 0-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Mendes, Rogério Baptistini

M522a      Azevedo Amaral e o Brasil moderno: a via autoritária da modernização / Rogério Baptistini Mendes. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Renato Ortiz.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Autoritarismo - Brasil. 2. Política e Cultura - Brasil. 3. Sociologia da Cultura. I. Ortiz, Renato, 1947 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**Comissão julgadora**

*[Handwritten signature]*  
.....

*Georgina*  
*Alzamil*  
.....

**Para  
Gracia.**

## Agradecimentos

Para que esta dissertação chegasse a termo foi muito importante o incentivo de várias pessoas. De uma ou outra forma, Antonio Vieira da Silva, José Carlos Miranda, Flávio Haddad e Teresinha Cristiane de Moraes me ajudaram, no decorrer do tempo, a superar as dificuldades na realização da pesquisa e redação do texto final. Também foi fundamental o apoio de Milton Lahuerta, Evaldo Sintoni, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Marco Aurélio Nogueira e José Luis Bizelli, amigos da área de ciência política da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, de Araraquara, que me ensinaram a compreender um pouco a natureza do trabalho acadêmico.

No apuro de minha formação é inegável a participação de Renato Ortiz, sem cuja orientação segura e paciente este trabalho não estaria concluído.

A todos, agradeço sinceramente.

## Apresentação

Estudar o pensamento de Azevedo Amaral é recuar no tempo em que se gestou o moderno Estado brasileiro, instrumento essencial na transição para a sociedade urbano-industrial nestas plagas. Neste sentido, é encontrar-se com alguns temas fundamentais quanto à prática da política, temas que visavam informar o sentido das ações e os meios para atingí-lo; é defrontar-se com um diagnóstico sobre a sociedade brasileira e seus problemas, bem como pensar a sua relação com o mundo. E mais: estudar o pensamento de Azevedo Amaral é mergulhar num universo intelectual mobilizado para a ação política e criativo o suficiente para refletir e qualificar suas atitudes.

Estudar o pensamento de Azevedo Amaral, entretanto, não é apenas refletir sobre o passado na história nacional. É também realizar um esforço para compreender o presente e projetar alternativas quanto ao futuro. É informar-se sobre uma trajetória de desenvolvimento em suas especificidades, estabelecendo formas de pensamento que privilegiem determinadas alternativas e determinados atores na difícil tarefa de construção de uma nação. É exercer uma ação arbitrária, fruto da vontade e da curiosidade,

quanto ao encaminhamento da pesquisa. É executar uma ação que é também política, encadeada lógica e historicamente, talvez mais por pretensão, a uma tradição: a tradição do pensamento social brasileiro.

Não objetivamos aqui aprofundarmo-nos quanto à definição desta tradição, nem é este o objetivo desta pesquisa. Desejamos, ao citá-la, definir fronteiras, estabelecer o campo de inserção de nossa reflexão. Agindo assim, não inovamos, apenas aceitamos como válidas reflexões anteriores, mais abrangentes e, certamente, mais qualificadas. Referimo-nos principalmente aos trabalhos de Renato Ortiz e Octávio Ianni, formadores de um horizonte para o nosso trabalho intelectual. Assim, pretendemos deixar claro que incorporamos como preocupação primeira a **idéia do Brasil Moderno**. Nela refletimos a obra de Azevedo Amaral; nela resgatamos uma tradição.

## **Índice**

### **1. Introdução**

### **2. A Transição ao Brasil Moderno**

#### **2.1. O Brasil Moderno**

#### **2.2. O Pensamento Autoritário e a Construção do Brasil Moderno**

#### **2.3. A Transição ao Brasil Moderno**

#### **2.4. Anos Trinta: A Construção do Brasil Moderno**

### **3. Azevedo Amaral e a Defesa da Modernização pela Via Autoritária**

#### **3.1. O Autor e sua Obra**

#### **3.2. A Interpretação da Revolução e a Defesa da Via Autoritária à Modernização**

#### **3.3. Antecedentes da Revolução**

#### **3.4. Revolução e Ditadura Civil**

#### **3.5. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**

### **4. Conclusão: O Estado Novo e a Modernização**

### **5. Bibliografia**



## Introdução

O presente trabalho, dividido em duas partes - a primeira, qualificando a específica transição brasileira; e a segunda, contendo um exame da obra de Azevedo Amaral dividido de acordo com uma sequência cronológica dos fatos históricos- visa descortinar a interpretação de Amaral quanto aos episódios mudancistas que, nas primeiras décadas deste século, marcaram a transição brasileira rumo ao capitalismo industrial e à civilização urbana. Para isso, a partir do estudo de sua obra publicada em livro, onde se desenvolve com maior profundidade o seu pensamento, reconstrói-se uma sequência que, ao nosso ver, serve para marcar um antes e um depois na história brasileira, quando se estabelece o momento fundador do primeiro Estado brasileiro autêntico. Este, considerado essencial para a superação dos males que impediam o desenvolvimento natural da sociedade rumo aos estágios superiores de civilização, vai se caracterizar pela oposição aos modelos liberal-democrático e totalitário, vistos como criações apriorísticas, desvinculadas da realidade.

Para Azevedo Amaral, o Brasil estaria enfrentando os graves problemas da conjuntura crítica por contar com uma sociedade enferma. Em sua análise, repleta de

metáforas biológicas, seria preciso reestabelecer o equilíbrio orgânico da nação para que o caminho do progresso pudesse ser trilhado. Fiel a um esquema interpretativo francamente evolucionista, onde predomina a idéia de um desenvolvimento natural do simples para o complexo, o autor, entretanto, completa o argumento com um componente fortemente voluntarista, ao defender que o curso da evolução pode ser corrigido e acelerado pela ação do verdadeiro líder. Este, seria portador de características especiais, que o diferenciariam do padrão médio da população.

No argumento de Amaral, ao estadista corresponderia a tarefa de elevar à condição de razão de Estado o que nas massas é apenas uma aspiração, um sentimento mal definido. Agindo assim, no exercício do poder, ele contribui para a unificação primordial entre Estado e nação, tornando dispensáveis os mecanismos de representação típicos dos regimes liberais-democráticos. O Estado autoritário, nestes termos, corresponderia a uma aspiração natural das massas, que intuitivamente percebiam a enfermidade que acometia o país e ansiavam pela mudança. Aliás, no esquema evolucionista de Amaral, a inadaptação da

institucionalidade política vigente até então seria a responsável pela manutenção do atraso.

Parâmetros de meio e de raça são determinantes em sua análise da evolução para explicar a inadaptação do modelo liberal-democrático, qualificando assim a enfermidade que acometia a sociedade, tolhendo-lhe o desenvolvimento. Abandonar o Estado político, prevalescente durante a primeira República, e organizar um Estado com capacidade de intervenção e regulação sobre a economia e a sociedade, seria a tarefa indispensável no pós-revolução, única forma possível de restituir o sentido histórico da evolução brasileira. O Estado autoritário seria, então, o remédio necessário para que a sociedade pudesse avançar rumo a patamares econômicos superiores, o que se supunha ser o seu destino.

Industrializar o Brasil, para Azevedo Amaral, é o principal objetivo a ser alcançado com a reorganização econômica, política e social que tem início no momento pós-revolucionário. Para ele, o progresso e o desenvolvimento econômico via industrialização seriam a marca da civilização superior a que o Brasil almejava. Construir uma doutrina para o Estado Novo, que justificasse sua ação modernizadora, vai ser,

principalmente nos dois últimos livros -"O Estado Autoritário e a Realidade Nacional" e "Getúlio Vargas Estadista"- a obsessão do autor.

Importa ressaltar, que a obra de Amaral tem muito maior valor pela interpretação que contém dos fatos históricos, seu caráter documental e crítico, sendo, porém, desprovida de uma teoria ou método de interpretação do desenvolvimento histórico original e consistente. Como grande parte de seus contemporâneos, Amaral incorpora diversas teorias em difusão no seu tempo, mantendo-se fiel à matriz do pensamento conservador. Seu diferencial é a defesa da modernização, que para falar como Lúcia Lippi, funda uma nova tradição no discurso político brasileiro<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Conforme Lúcia Lippi Oliveira, "ao recusar o valor das questões que pertenciam ao universo da tradição, próprio de seu tempo, o autor funda, a nível de discurso político-ideológico, uma nova tradição -a modernização-, que vai pautar a vida brasileira desde o Estado Novo até nossos dias.". Lucia Lippi Oliveira. O Pensamento de Azevedo Amaral, in Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria Castro Gomes. Estado Novo: Ideologia e Poder, RJ, Zahar Editores, 1982.

## **A Transição ao Brasil Moderno**

## O Brasil moderno

As três primeiras décadas deste século registram um período importante da história brasileira, quando definem-se as fases iniciais da transição que conduz à civilização urbana e industrial. Basicamente, nelas desenvolvem-se as duas primeiras fases da industrialização<sup>1</sup>, quando circunstâncias específicas ao país conjugam-se com um conjuntura internacional de crise do capitalismo, confluindo para apontar a específica modernização nativa, onde o Estado cumpre o principal papel.

Processo estrutural de longa duração, melhor definido pelos conceitos gramsciano de revolução-passiva e leninista de via-prussiana, a transição brasileira à modernidade do capitalismo industrial confere especial significado ao tema dos intelectuais, responsáveis por ajustar a singularidade do seu momento histórico ao sentimento universal que irradia das nações centrais. Neste jogo que envolve centro e periferia, o tema do atraso condiciona o agir intelectual, gerando a especificidade de um

---

<sup>1</sup> A primeira, que prende-se à crise da cafeicultura e ao desenvolvimento do setor industrial, quando "ocorre a metamorfose do excedente agrário em capital industrial"; e a segunda, quando se adotam medidas destinadas a promover a expansão e diversificação deste mesmo setor. Conforme Octávio Ianni. O Colapso do Populismo no Brasil, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1988. (4ª edição). parte III, principalmente.

pensamento que busca pensar o novo, a modernização e a construção da nação, mas não consegue se desvencilhar do passado.

Esse passado que parece permanente, com suas formas geradas num universo onde preponderam as heranças da escravidão, do autoritarismo, do clientelismo e da intolerância, contradiz a elaboração intelectual que busca sua inspiração na modernidade das formulações geradas nos centros civilizados. O contraste chocante entre idéia e realidade leva ao âmago da situação trágica dos intelectuais, portadores do moderno numa sociedade presa ao atraso.

Representantes de ninguém, os intelectuais enfrentam sua incômoda independência arrogando-se um papel central no processo mudancista. A "missão" que julgam protagonizar os situa próximo ao Estado, elemento central de uma sociedade marcada pela ausência de hegemonia de uma classe sobre as demais. Assim, não causa espanto que suas formulações conduzam a uma "ideologia de Estado"<sup>2</sup>, ainda que este, neste processo de industrialização tardia, tenha apenas aparentemente autonomia. Na prática, suas razões são as razões do capital, dos interesses dos

---

<sup>2</sup> Conforme Paulo Arantes. O Partido da Inteligência, in Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio, n° 9, SP, Ed. Brasiliense, 1979.

grupos econômicos dominantes, nacionais e estrangeiros<sup>3</sup>.

O primado do nacional, que permeia o pensamento brasileiro e fornece a justificativa para a ação desimpedida do Estado, prende-se ao próprio exotismo brasileiro e não às ideologias importadas, como queriam fazer crer os intelectuais missionários de 20 e 30. Aqui, as ideologias reacionárias em voga na Europa, nos anos críticos em que começa a se desnudar a crise mundial do capitalismo, encontram a sua forma perfeita nas elaborações dos pensadores autoritários, responsáveis pela enunciação da causa modernizadora. Como denuncia Renato Ortiz, o que espanta nesse pensamento, é sua implausibilidade<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Conforme Octávio Ianni. Estado e Capitalismo, SP, Ed. Brasiliense, 1989. (2ª edição revista e ampliada). parte 7, principalmente.

<sup>4</sup> De acordo com Renato Ortiz, esse pensamento brasileiro, precursor das ciências sociais nacionais, pode ser tomado como um discurso científico que se forma pela absorção de teorias elaboradas na Europa, dentre as quais se destacam: o positivismo comtiano, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer. Essas teorias, distintas entre si, podem ser reduzidas a um único aspecto: o evolucionismo. Este, pretende encontrar um nexo entre a evolução das sociedades humanas na história, aceitando que o simples evolue para o complexo, por motivações de leis que presidem o progresso das civilizações, o que implica que a civilização européia estaria em estágio superior em função dessas leis naturais que orientam a evolução dos povos. Desta forma, ao incorporar tais teorias, os intelectuais brasileiros tinham de defrontar-se com o problema do atraso do país e buscar qualificar a possibilidade de sua superação pela constituição da nacionalidade. Para tanto, completam o argumento evolucionista com os parâmetros de meio e raça, que permitem completar a visão geral da evolução das sociedades, proporcionado pelo primeiro, com a afirmação do específico brasileiro. "O evolucionismo se combina, assim, a dois conceitos chaves que na verdade tem ressonância limitada para os teóricos europeus. No entanto, são fatores importantes para



Conforme escreveu Octávio Ianni, o esforço dos intelectuais para encontrar a adaptação entre o pensamento e o pensado gera uma idéia com algo de caricatura. "Primeiro, caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas, frequentemente implicadas em idéias, conceitos, explicações, teorias. Segundo, caricatura tornada ainda mais grotesca porque superpõe conceitos e temas a realidades nacionais múltiplas, antigas e recentes, nas quais se mesclam 'os ciclos' e as épocas da história brasileira, como em um caleidoscópio de realidades e imitações"<sup>5</sup>.

O Estado Novo de 1937 representa a síntese desse processo de transição, onde a política e a cultura se conjugam de forma quase perfeita num ambiente de ausência de autonomia da sociedade. Nele, os temas herdados de um pensamento forjado no enfrentamento do atraso associam-se ao ímpeto mudancista que já não pode ser mais detido pelas velhas forças originárias do mundo rural, gerando um discurso autoritário e nacionalista, com trágicas implicações na evolução posterior do país.

---

os intelectuais brasileiros, na medida que exprimem o que há de específico em nossa sociedade". Renato Ortiz. Cultura Brasileira & Identidade Nacional, SP, Ed. Brasiliense, 1994.

<sup>5</sup> Octávio Ianni. A Idéia de Brasil Moderno, SP, Ed. Brasiliense, 1992. p.46.

Naqueles anos o Brasil acompanhou o mundo, tanto na ordem material, refletindo internamente os efeitos da crise econômica, como no plano das idéias, absorvendo as influências do pensamento reacionário e conservador que acossava os princípios liberais. Porém, aqui, o nacionalismo dos intelectuais foi mais que representação ideológica a conferir universalidade aos interesses específicos de uma classe. Em realidade, ele foi a expressão direta do autoritarismo estatal, figura do atraso da sociedade, mas principalmente, do atraso da própria burguesia, incapaz de hegemonizar a visão de mundo adequada aos seus interesses econômicos.

## O pensamento autoritário e o Brasil moderno

No Brasil dos anos trinta ganha repercussão um pensamento político autoritário, cuja pretensão é dar sentido às ações visando a construção da nação moderna - promessa inscrita no ato da conquista da Independência e reafirmada pela República, mas não cumprida numa longa trajetória de mais de um século de autonomia política. Assim, o sentimento que informa o autoritário é o sentimento de fracasso, é a demanda para superá-lo. Fracasso quanto à construção da nação; demanda que exige a sua ação enquanto sujeito político, enquanto ator e não mero observador da história.

O pensador autoritário, inserido no conturbado cenário dos anos trinta, reflete sobre as causas do insucesso do projeto moderno. Retorna às origens do país independente para compreender como ele se estrutura e organiza a vida da sociedade ali existente. Ele busca a realidade nacional, matéria bruta para transformações futuras; transformações que requalificam o próprio projeto moderno, identificando-o com o nacional, o autêntico brasileiro em oposição à cópia, à imitação do modelo estrangeiro. Assim, ele já está elaborando uma das interpretações para a crise do seu presente e ajudando

a criar algum consenso quanto aos caminhos a serem trilhados em busca da modernidade.

O Brasil moderno distancia-se da matriz liberal, presente no ato da independência, mas presente sobretudo na invenção republicana (para usar a expressão de Renato Lessa)<sup>1</sup>. Agora, ele vai se definir graças à outra matriz, que pressupõe a existência de uma sociedade infantilizada para o exercício da democracia política e a nação como um projeto inconcluso. Na base desta visão do país repousa o credo antiliberal, explícito em alguns casos, mascarado em outros (aqui, penso principalmente em Oliveira Vianna e sua proposta de uso instrumental do autoritarismo para se atingir fins liberais), mas decisivo quanto ao futuro.

Basicamente, o antiliberalismo que informa essa matriz de pensamento que se pretende autêntica resulta da crítica à República oligárquica, crítica essa dinamizada pela crise que abalou as bases da economia nacional, irradiando-se por toda a sociedade. Juntam-se assim, as pressões pelo moderno com o abalo nas estruturas do poder, numa situação de ausência de atores capazes de expressar concretamente os anseios

---

<sup>1</sup> Renato Lessa. A Invenção Republicana (Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira), RJ, Ed. Vértice e IUPERJ, 1988.

pela mudança, impondo sua hegemonia sobre os demais.

Crise de hegemonia que afirma a iniciativa e a centralidade do Estado quanto à constituição da nova ordem. E afirma também o pensamento autoritário em sua pretensão de civilizar "por cima", de construir o moderno por força de práticas apoiadas em novos princípios sobre a finalidade da política, a legitimidade do poder, a função do Estado. Neste momento, o parâmetro a definir entre o legítimo e o ilegítimo é a nação, no que ela tem de singular e inconcluso. Nacionais são os interesses, comunidade autêntica a sua origem.

Vê-se que o que se recusa são os valores derivados da imposição da lógica de mercado às sociedades pré-capitalistas, valores que implicam a idéia de indivíduo e interesse privado. Valores que surgem associados ao Estado liberal e sua imposição sobre as formas de poder absolutistas e, principalmente, representam a generalização da visão de mundo de um ator específico e que surge revolucionário: a burguesia. Em oposição, afirma-se a crença numa comunidade nacional autêntica, avessa ao cálculo egoístico e à matriz do utilitarismo burguês. Nacional eclipsado pela incorporação das idéias

estrangeiras, flagrantemente expressas na Carta de 1891, cujo federalismo levou à ameaça da fragmentação e ao caos.

Na lógica autoritária então, o que define as idéias e concepções políticas como boas ou ruins não são os valores que lhe são intrínsecos, mas sua utilidade para atingir determinados fins. Assim, como insistia em afirmar a realidade brasileira, o liberalismo político presente na Constituição republicana era nulo, senão danoso quanto aos objetivos de construção do Brasil moderno. Nas quase quatro décadas em que se organizou com base nos preceitos de uma agenda política liberal, a nação caminhou muito pouco no sentido de romper a pesada herança colonial. Às vésperas do movimento revolucionário de trinta, o Estado não representava a sociedade, o exercício do poder político era marcado pela corrupção, os movimentos das camadas subalternas eram reprimidos violentamente. O hiato entre o Estado oligárquico e o Brasil real era evidente.

Superar a distância que se antepunha à realização do moderno exigia que se abandonassem as concepções e os valores que não encontravam ressonância na realidade. Significava dotar o Estado dos mecanismos capazes de otimizar a sua ação, abandonando as

fantasias liberais que o aprisionavam aos interesses oligárquicos em detrimento da nação. O autoritarismo se revela na prática uma ideologia comprometida a um tempo com a mudança e o primado do nacional, refletindo um compromisso com o moderno entendido como industrialização, mas desprovido de mecanismos que superassem o padrão autocrático do poder.

É evidente que não se pode retratar o pensamento autoritário brasileiro como um corpo bem definido de idéias e preceitos sobre os fins e os meios da política, a interpretação da realidade, e os movimentos que a informam. Também há certa diversidade quanto às influências predominantes, sendo marcantes o positivismo, o espencerianismo e outras formas de evolucionismo, a pesquisa biológica. Mas pode-se afirmar que sua existência acentua um padrão de autarquização das decisões e de oposição à instituição e funcionamento dos mecanismos da democracia política. Ademais, a marca desse pensamento é o antiliberalismo.

De forma bastante esquemática, seguindo as indicações de Wanderley Guilherme dos Santos<sup>2</sup>, podemos reduzir o pensamento autoritário gerado na

---

<sup>2</sup> Wanderley Guilherme dos Santos. *A praxis Liberal no Brasil: Propostas para Reflexão e Pesquisa*, in Ordem Burguesa e Liberalismo Político, SP, Ed. Duas Cidades, 1978.

conjuntura de trinta em duas categorias principais quanto aos seus objetivos: instrumentais e permanentes. E podemos subdividir este segundo grupo em mais duas categorias quanto ao argumento que o justifica: naturalista e histórico-estrutural. Assim, temos que autoritário instrumental é o pensamento que se justifica pela pretensão de construir uma sociedade liberal, baseada no funcionamento do mercado livre, pela atuação de um Estado forte e interventor, capaz de romper os vínculos da sociedade agrária. Neste grupo encontra-se Oliveira Vianna, um dos mais brilhantes dentre os pensadores autoritários, comparável, no dizer de Bolivar Lamounier<sup>3</sup>, à Francisco Campos e Azevedo Amaral. Este último, situa-se no segundo grupo, dos autoritários permanentes, e seu argumento para a existência de um Estado autoritário funda-se numa explicação do desenvolvimento histórico das sociedades, ainda que em boa parte da sua obra prevaleçam elementos da explicação biológica para os fenômenos econômicos, políticos e sociais, como era comum à sua geração. Na categoria do autoritarismo permanente de inclinação naturalista encontra-se a vertente do Integralismo, que partia da afirmação da desigualdade natural entre os homens para defender a legitimidade do exercício não

---

<sup>3</sup> Bolivar Lamounier. Introdução, in Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, col. Pensamento Político Republicano, Brasília, Ed. UNB, 1981.



democrático do poder por homens dotados de maiores qualidades quanto à capacidade de decidir e liderar.

Quando de fato o pensamento autoritário constitui-se em poder, com o golpe de Estado de 1937, que transmuta a Revolução de Trinta em Estado Novo, ele vai se definir pela tentativa de resgatar os princípios do movimento revolucionário que pôs fim à dominação oligárquica, marcando uma fase de primazia do Estado quanto às decisões. Neste momento, acelera-se a transição do Brasil agrário para o Brasil urbano-industrial e começa a se constituir uma cultura política própria, marcada pela reinterpretação do ideal democrático; reinterpretação que, como salienta Angela Maria Castro Gomes<sup>4</sup>, vai privilegiar uma figura central ao processo de desenvolvimento deste novo Brasil: o trabalhador assalariado urbano.

Agora, na prática do funcionamento deste novo Estado, o autoritarismo vai redundar no enfrentamento da questão social pelo reconhecimento de direitos sociais, antes que civis e políticos, a este novo ser social que surgia distante da dominação familística do Brasil agrário. Reinterpretando o significado da democracia política, a cultura política de matriz

---

<sup>4</sup> Angela Maria de Castro Gomes. O Redescobrimento do Brasil, in A Invenção do Trabalhismo, RJ, Ed. Vértice e IUPERJ, 1988.

autoritária abandona os preceitos do liberalismo político, tencionando reconciliar o Brasil real com o Brasil legal (na expressão de Oliveira Vianna). Mas isso não significou, na teoria quanto na prática, um abandono do liberalismo econômico, baseado na propriedade privada e na livre iniciativa. Pelo contrário, ao separar as liberdades básicas do seu gêmeo histórico, o regime de 37 apenas refletiu o caráter da transição que ocorria nas bases da sociedade, onde o Estado foi chamado a desempenhar o principal papel.

Expressão de um pensamento que não encontra atores capazes de impulsionar o projeto moderno, o autoritarismo vai representar na prática a justificativa para a aceleração capitalista por parte de um Estado que concilia em seu interior o velho e o novo, os interesses das velhas oligarquias e do burguês industrial, incorporando parte das demandas das classes subalternas apenas com o propósito de impedir a sua livre manifestação. Neste sentido, representa a manifestação do atraso quanto ao desenvolvimento do capitalismo, aquele mesmo atraso que Luckács<sup>5</sup> afirma configurar-se no principal drama da nação alemã.

---

<sup>5</sup> Georg Lukács. El Asalto a la Razón, Ediciones Grijalbo, España.

Atraso que torna dramática a existência do intelectual, inserido num mundo que não lhe permite uma existência autônoma. Exercendo uma função puramente ornamental, uma vez que a realidade não replica as suas idéias, sente-se chamado a recriar os mitos que confirmam legitimidade à sua função e, nessa sua ação reinterpreta a nação, tentando exprimir-lhe as realidades mais ocultas e singulares. Seu nacionalismo então, recobre o seu desenraizamento e, justamente por isso, vai tornar-se a expressão de uma ideologia de Estado.

O pensamento autoritário, em sua ênfase nacionalista, confere legitimidade à função do intelectual, colocando-o, para falar como Daniel Pécaut<sup>6</sup>, na situação de participante de uma realidade cujos segredos ele detém. Dessa forma, não é de estranhar que o pensamento autoritário, como aliás quase todo o pensamento elaborado dos anos 20 até os anos 40, exprima a pretensão de constituir-se num esforço para auxiliar na construção da sociedade brasileira, tarefa que se é cultural, também e talvez principalmente, é eminentemente política.

---

<sup>6</sup> Daniel Pécaut. Os intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação. SP, Ed. Ática, 1990.

A politização do ser intelectual ajuda a compreender o elitismo de suas posições e a formulação da ideologia de Estado. Ajuda também a explicar o antiliberalismo presente em grande parte do seu pensamento. Esquemáticamente, o conceito gramsciano de "transformismo" reincorpora-no no específico movimento que estava arrastando o país e implicando em novas formas de ver e pensar a história econômica, política e social; movimento este que marca uma revolução burguesa sem burguesia, onde o novo abre passagem incorporando pedaços inteiros do passado. Modernização conservadora melhor qualificada por um outro conceito gramsciano de "revolução-passiva" ou "revolução-restauração".

Ao tentar se fazer intérprete dos interesses gerais e descortinar o Brasil moderno, o intelectual caminha numa lógica que redundna na anulação ou subordinação de grande parte do ímpeto mudancista que implicou no fim da dominação oligárquica. Ele serve de instrumento, talvez mais por força das circunstâncias, a um projeto de modernização econômica desprovido de um projeto de modernidade política que, se concede legitimidade à algumas demandas especificamente modernas, é para esvaziar o seu conteúdo dentro dos

dutos corporativos de um Estado tornado portador do interesse geral da nação.

O pensamento autoritário então, além de representar a razão de ser do intelectual desenraizado, reconciliá-o com uma tradição: aquela que pensa o Brasil moderno, agora deslocado da esfera eminentemente política (daí a incorporação pura e simples das idéias e o caráter mais ornamental do pensamento) para ser inserido na esfera do econômico, entendido como projeto de construção de um moderno complexo urbano-industrial. Mudança de rota determinada por uma conjuntura crítica, de crise estrutural do sistema capitalista com reflexos perversos na economia de base agrária e inserção colonial; mudança de rota que implica em mudança de sensibilidade.

Visto desta perspectiva, o pensamento autoritário pode ser compreendido como mais um desdobramento de um complexo processo mais abrangente e melhor definido por Antonio Cândido<sup>7</sup> de "dialética do universal e do particular", onde um pensamento nacional luta para se firmar e refletir sua atualidade. A própria construção do Estado nacional brasileiro,

---

<sup>7</sup> Antonio Cândido. Literatura e Cultura de 1900 a 1945, in Literatura e Sociedade, SP, Ed. Nacional, 1985.

neste sentido, reflete esta tensão, qualificada por Octávio Ianni<sup>8</sup> como tentativa de redução do hiato entre o pensamento universal e os temas da realidade brasileira. Justifica-se assim, a orientação de um pensamento que surge autoritário e influencia decisivamente uma tradição. Sua marca é o senso de oportunidade, que lhe permite alavancar o salto para a frente da modernização num padrão de politização da economia só nos dias atuais questionado como obsoleto, devido à características, ao mesmo tempo, internas e externas, à economia e sociedade brasileiras.

Dessa maneira, podemos entender o pensamento autoritário como elemento básico presente na definição de uma estratégia política de desenvolvimento, a qual, tendo por base a industrialização acelerada levada a efeito graças à iniciativa da ordem pública, marcou a mutação decisiva sofrida pela sociedade brasileira no período que se estende, grosso modo, da Primeira Guerra Mundial ao golpe de 1964. Os temas presentes na origem deste pensamento vão persistir por quase cinquenta anos, demonstrando uma enorme capacidade de adaptação à conjunturas novas, mitificando, na

---

<sup>8</sup> Octávio Ianni. A Idéia de Brasil Moderno. SP, Ed Brasiliense, 1992.

lúcida análise de Luiz Werneck Vianna<sup>9</sup>, um passado de fantasias comunitárias.

A democracia populista, que emerge do Estado Novo, representa a continuidade com uma tradição de pensamento que afiança a mudança estrutural da economia. A política de massas, que prevalece em substituição ao modelo autoritário de relação entre Estado e sociedade, vai marcar uma situação econômica, política e social mais complexa, onde já estão dadas as condições para o desenvolvimento do setor industrial, num contexto de emergência crescente das demandas de bem-estar do proletariado e de crescimento da classe média. Dessa forma, a ideologia dela decorrente vai enfatizar a conciliação de interesses em nome do desenvolvimento nacionalista, mantendo assim os pressupostos de oposição à matriz do individualismo burguês.

Processo estrutural de longa duração, caracterizado pelo caráter reformista da mudança, a imposição do capitalismo industrial no Brasil beneficia-se decisivamente da base autoritária de pensamento presente em sua origem. Dessa forma, radicaliza sua oposição com os obstáculos que a

---

<sup>9</sup> Luiz Werneck Vianna. *Vantagens do Atraso, Vantagens do Moderno*, in *A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial*, RJ, Ed. Revan, 1989.

entravam sem, no entanto, superá-los praticamente. Ao identificar-se com a nação, barrada em seu desenvolvimento pelo latifúndio e pelos vínculos de submissão externa gerados pela economia agro-exportadora, o Estado opera livremente, incorporando dentro da estrutura corporativa o interesse efetivamente manifesto na sociedade civil. Aprisiona e usa em seu benefício, para citar novamente Octávio Ianni<sup>10</sup>, a força política das classes assalariadas.

Essa lógica modernizadora não redundou no Brasil moderno perseguido pelos intelectuais, autoritários ou não, ligados à tradição aqui resgatada. Ao final do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial o Estado é prisioneiro da ordem privada, persistindo ainda na sociedade uma cultura política marcada pela subestimação da democracia política, fruto de uma história de expropriação da cidadania política, onde ao lado do específico moderno persistem partes inteiras do passado que se pretendeu abolir.

---

<sup>10</sup> Octávio Ianni. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ, Ed Civilização Brasileira. (4ª edição).



## A transição ao Brasil moderno

A sociedade brasileira irrompe o século XX conhecendo alterações que lhe mudariam o caráter. Na verdade, a República surge, em 1889, numa situação de mudanças das bases mais profundas do país. Sérgio Buarque de Holanda vai explicitar este processo, afirmando que, na realidade, a nova configuração institucional respondia "à conveniência de uma forma adequada à nova composição social"<sup>1</sup>. Nesta, estaria impressa a marca da singular revolução que chacoalhava o marasmo da ordem imperial sem, contudo, negá-la em absoluto.

Para Sérgio Buarque, estaria em marcha a revolução brasileira, marcando uma etapa de transição do Brasil rural para o Brasil urbano. A abolição, acontecida apenas um ano antes da instauração da nova ordem, representaria uma espécie de marco divisor a anunciar o fim do predomínio agrário. Desde então, estariam dadas as condições para a vigência de um novo sistema, cujo núcleo seriam os centros urbanos. Seria a ruína do predomínio ibérico em nossa cultura, através de uma sucessão de episódios distendidos no tempo pela ausência de vigor americanista. "Um lento

---

<sup>1</sup> Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, RJ, José Olympio, 1969. (5ª edição) p.126.

cataclisma"<sup>2</sup>, dirá ele, que desestrutura o mundo rural e as influências da formação colonial sem substituí-las em definitivo.

A revolução brasileira, na qual a sucessão do Império pela República, constituiria um momento de reajustamento institucional, implicaria num progressivo desaparecimento das formas tradicionais de organização da sociedade. As condições que garantiam a sobrevivência da aristocracia rural, desde a diminuição de importância econômica da lavoura da cana de açúcar, entraram em colapso arrastando consigo a estrutura das grandes propriedades, dotadas de economia auto-suficiente. Neste momento, começa a ganhar prestígio a cultura cafeeira, tornando-se o esteio maior da economia nacional. Mas esta, tem características próprias, que contribuem ainda mais para arruinar o modelo em definhamento.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Sérgio Buarque de Holanda. op.cit. p.127.

<sup>3</sup> Conforme Sérgio Buarque, "a perspectiva dos inauditos cabedais que proporcionava, já nos seus primeiros tempos, a lavoura cafeeira constituía por si só uma razão decisiva para que os fazendeiros tivessem em mira ampliar as plantações, desprezando tudo quanto distraísse a mão de obra do principal objeto dos seus cuidados". Desta forma, "a terra da lavoura deixa de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e riqueza. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural". Sérgio Buarque de Holanda. op. cit. p.129.

O café, que será o principal produto do país durante toda a vida da primeira República, vai facilitar a evolução rumo ao predomínio urbano, pela dependência deste para o suprimento de bens que outrora se produziam na própria propriedade rural. Será a decadência dos velhos hábitos patriarcais, sem que nada de efetivamente moderno venha em seu lugar. Tanto é assim, que a nova ordem instituída pelos acontecimentos de 1889 e referendada pela Carta de 1891, não vai alterar em substância a hierarquia social, preservando uma sociedade pobre, constituída por uma maioria de despossuídos sem acesso à condição de cidadãos. Após os anos iniciais de domínio militar, nas figuras de dois marechais - Deodoro da Fonseca, primeiro; Floriano Peixoto, depois - as oligarquias retomam o poder que sempre exerceram desde a independência. De acordo com Francisco Iglésias, "a República retomava o clima de relativa paz vindo do Império, com um governo que não era a expressão viva da sociedade"<sup>4</sup>.

A transição revolucionária que ocorria nas bases da sociedade brasileira não tinha força de empuxo suficiente para impor os valores e a organização condizentes com o regime de trabalho livre e a nova

---

<sup>4</sup> Francisco Iglésias, Trajetória Política do Brasil (1500-1964), SP, Cia das Letras, 1993. p.205.

situação social que modificava o país. De efetivamente moderno, somente a inspiração das leis, expressa no texto constitucional, bem como o verniz civilizatório que encobria as fachadas onde ocorria a vida urbana. De fato, conforme esclarece Francisco Iglésias, o Brasil continuava extremado entre a imensidão rural, onde vivia a maioria da população em estado de abandono, e a cidade, onde viviam os que obtinham as suas rendas no comércio exportador e constituíam os ricos<sup>5</sup>. Para falar como Luiz Werneck Vianna, "a acepção do moderno (...) da ordem da primeira República não possui a vocação da generalização. Sua outra natureza consiste na excludência"<sup>6</sup>.

Retomando Sérgio Buarque de Holanda, poderíamos dizer que na República que se inicia o passado permanece no presente, por força de uma urbanização que vai destruindo o predomínio agrário sem instituir nada de efetivamente novo em seu lugar. Em verdade, a novidade contida nas formas institucionais, de feitio federalista e liberal, vem apenas reafirmar uma certa propensão, já presente nos primeiros anos do Brasil independente, a copiar normas de conduta dos povos mais avançados, na esperança de elevação a um patamar superior de

<sup>5</sup> Francisco Iglésias. op. cit. pp.205/206.

<sup>6</sup> Luiz Werneck Vianna. O Moderno na Política Brasileira, in Presença, n° 5. pp. 38/39.

civilização. Um bom exemplo desta tendência, amplamente denunciada pelos autores que vão dar sustentação ao Estado Novo em busca da realidade nacional, é apontado por Antonio Cândido na literatura brasileira do século XIX, cuja "única mágoa é não parecer de todo europeia"<sup>7</sup>.

Alberto Torres, que vai inspirar toda uma geração de intelectuais nos anos críticos das décadas de 1920 e 1930, em 1914 já denuncia a artificialidade da nova ordenação política. Em "O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um Programa de Organização Nacional", publicado naquele ano, consta uma crítica áspera da separação entre a política e a vida social. Para o autor, "à força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo , uma classe

---

<sup>7</sup> Antonio Cândido. Literatura e Cultura: de 1900 a 1945, in Literatura e Sociedade, SP, Ed. Nacional, 1985. (7ª edição) p.113. Ainda neste mesmo texto, Cândido vai afirmar que "a nossa literatura, tomado o termo tanto em sentido restrito quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes". p.110.

artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre e com a maior boa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação de posições"<sup>8</sup>. De fato, apesar de impor uma dinâmica nova à sociedade, as transformações que vão alterando a estrutura do Brasil ocorrem lentamente, com reflexos pouco significativos na formação econômico-social, o que vai redundar num padrão mudancista marcado pela conciliação entre o velho e o novo.

Na República, a velha ordem agrária e patriarcal condicionou a forma do moderno, impondo-lhe limitações que lhe alteraram a específica substância. De um momento privilegiado para a superação do sistema de dominação que havia se estruturado sobre o trabalho escravo, recuou-se para uma situação sob hegemonia do latifúndio, com um jogo político oligárquico e exclusivista, condicionado por imperativos regionalistas<sup>9</sup>. Um exemplo deste retrocesso é a chamada "política dos governadores", instituída no governo Campos Salles, cujo início se dá em 1898. Esta, implica num padrão de conciliação

---

<sup>8</sup> Alberto Torres. O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um Programa de Organização Nacional. p.88. citado por Sérgio Buarque de Holanda. op. cit. pp.132/133.

<sup>9</sup> A este respeito, consultar Marco Aurélio Nogueira. Os Anos Trinta, in Perspectivas, n° 11, SP, 1986.

entre os que exercem o poder, num esquema que torna a política um negócio de cúpulas, verdadeira transação entre os "de cima" à revelia do povo. Este, aliás, era apenas um detalhe no liberalismo de fachada que recobria a idéia republicana.

Na prática, a "política dos governadores" funcionava como uma composição vertical entre o presidente da República e os presidentes dos Estados, e entre estes últimos e os chefes municipais, num esquema de troca de apoio incondicional por autonomia para atuar nas respectivas áreas de influência. Estabelece-se assim, uma situação de dependência e cumplicidade entre as autoridades, que se compõe num bloco monolítico refratário à ação de qualquer oposição. Neste contexto, reafirma-se um outro vício do sistema: o coronelismo.

Organizando-se por forma federativa, a República se assenta no princípio da descentralização. Este, num esquema de poder como o da "política dos governadores", vai fortalecer a composição dos presidentes de Estado com os chefes de política municipal, por forma a aumentar o prestígio e o poder destes últimos. Em uma sociedade pobre e desassistida de quase tudo, os coronéis (chefes locais) vão representar uma fonte quase exclusiva de assintência e

proteção aos indivíduos, que passam a lhe dever obediência por gratidão ou por temor. Institucionaliza-se, por essa forma, o mandonismo localista, prática autoritária que desconhece a cidadania e deturpa a ordem republicana. Imposição do atraso numa ordem moderna que, segundo Werneck Vianna, compatibiliza as "instituições jurídico-políticas do liberalismo com o sistema patrimonial de dominação e com a cultura política de matriz ibérica"<sup>10</sup>.

O predomínio dos interesses particulares sobre o público, fenômeno característico do arranjo político republicano, seria, segundo Sérgio Buarque, decorrente de características inatas ao brasileiro, mais afeito ao elemento emotivo que às elaborações racionais que norteiam os princípios liberais e dão vazão aos argumentos utilitaristas nas sociedades avançadas. Dessa forma, haveria uma singularidade nacional a exigir a superação do artificialismo das leis, de que já falava Alberto Torres. Assim, pela explicitação do específico, como fundamento legítimo das estruturas institucionais, se corrigiriam os desvios na rota mudancista, então em curso.

---

<sup>10</sup> Luiz Werneck Vianna. *Vantagens do Atraso, Vantagens do Moderno*, in *A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial*, RJ, Ed. Revan, 1989. p. 52.



Apesar do artificialismo denunciado, da dificuldade que o novo tem para se impor, da permanência do atraso, a transformação vai se impondo à sociedade brasileira. A economia cafeeira expande-se, gerando recursos que movimentam o país. Com o conflito mundial de 1914-1918, acarretando dificuldades de importação, prolifera uma indústria de bens de consumo, que vai se constituir no germe do que viria a se tornar, mais tarde, o setor industrial brasileiro. Conforme esclarece Boris Fausto, entretanto, a indústria vai se caracterizar nesta época "pela dependência do setor agro-exportador, pela insignificância dos ramos básicos, pela baixa capitalização, pelo grau incipiente de concentração"<sup>11</sup>. O Brasil continua a ser essencialmente agrícola, apesar de a vida urbana estar se desenvolvendo e o país se modernizando, com reflexos na produção artística e intelectual.

A sociedade, antes polarizada entre senhores e escravos, começa a se diversificar, com a presença do trabalhador urbano, do operário. A chegada dos imigrantes, ajuda a formar uma nova consciência entre estes setores que a ordem republicana não foi capaz de

---

<sup>11</sup> Boris Fausto. A Revolução de 1930, SP, Ed. Brasiliense, 1994. (14ª edição). p.19. Os ramos mais importantes desse setor industrial, segundo recenseamento do Brasil de 1920, são o setor têxtil e o de alimentos, que respondem por 27,6% e 40,2% da produção, respectivamente.

e elevar à condição de cidadãos<sup>12</sup>. Aos poucos vai se consolidando uma nova estrutura social, ainda que as elites oligárquicas preferissem ignorar o fato, apelando sempre aos métodos tradicionais de repressão para conter a emergência de reivindicações. De fato, conforme denuncia Werneck Vianna, o moderno das elites era particularista e excludente. "O mundo que se abre a sua frente, fruto da sua própria ação transformadora, lhe parece como estrangeiro e hostil com seus novos personagens, como o do empresário industrial, novo rico e filho de imigrantes, o da oficialidade militar radicalizada e originária das famílias de uma classe média empobrecida, e de uma classe operária que vive nos guetos das vilas operárias e se mostra avessa e rebelde às instituições oligárquicas que não lhe concedem direitos"<sup>13</sup>. Neste contexto, se mostra a modificação que vai arrastando o país, ainda que sem forças para superar a dominação oligárquica.

O ano de 1922 vai explicitar, com seus acontecimentos, a mutação objetiva que vai acometendo a sociedade brasileira, anunciando as contradições do regime republicano com a vida urbana

---

<sup>12</sup> Entre 1889 e 1900 entram no país 1443892 imigrantes estrangeiros. Conforme Francisco Iglésias, op. cit. p.217.

<sup>13</sup> Luiz Werneck Vianna. O Moderno na Política Brasileira, op. cit. p.39.

que se descortina. Daí por diante, o Brasil despertará para o problema da reivindicação social, sendo cada vez mais difícil contê-la pelos recursos tradicionais<sup>14</sup>. É a mudança que se vai prenunciando, ainda que lhe faltem atores específicos para definir-lhe o caráter de oposição ao agrarismo e suas concepções políticas e sociais. Insuficiência do americanismo, diria Sérgio Buarque de Holanda; numa outra abordagem, falta de condições mínimas para a superação da estrutura econômico-social determinada externamente<sup>15</sup>. Estas somente se dariam depois, com os acontecimentos precipitados pela crise econômica mundial de 1929.

Comentando as agitações ocorridas no decênio de 20, Azevedo Amaral dirá que, apesar de apresentarem um caráter desorientado, elas guardam, em sua natureza mais profunda, as diretrizes traçadas por um ímpeto renovador, que reclama a transformação

---

<sup>14</sup> Héglio Trindade vai descrever a importância do ano de 1922: "nele ocorrem quatro acontecimentos simbólicos que contém, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delinea, em março, com a fundação do partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à revista A Ordem, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana". Citado por Lúcia Lippi Oliveira. *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*, in *Dados*, n° 22. p.75.

<sup>15</sup> Conforme Octávio Ianni. *Estado e Capitalismo*. SP, Ed. Brasiliense, 1989. (2ª edição revista e ampliada). pp. 121 e seguintes.

completa do país<sup>16</sup>. E é essa exigência que parece nortear a ação intelectual a partir deste período, quando o pensamento social reflete o engajamento dos intelectuais na construção de uma nova sociedade e de um novo Estado, pelo enfrentamento dos temas da questão nacional e da modernização, visando fazer o Brasil tornar-se, para falar como Octávio Ianni, uma nação contemporânea do seu tempo <sup>17</sup>. Assim, temos que, muito do que de importante se produziu sobre o Brasil aparece a partir de então, com uma verdadeira guinada nas ciências sociais pela ultrapassagem da simples retórica pelo estudo aprofundado da realidade. Como dirá Antonio Cândido, "é grande a tendência para a análise. Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações"<sup>18</sup>. O arcaico começa a ser objeto de denúncia, numa situação de revalorização do nacional pela afirmação da falência ou da inadaptação do liberalismo.

É a crise econômica mundial de 1929 que vai abrir passagem à efetiva transformação do país, pela superação do quadro de dominação oligárquico. Como dirá Octávio Ianni, a cafeicultura, sendo predominante na produção nacional, define a estrutura econômica

<sup>16</sup> Azevedo Amaral. Ensaio Brasileiro. RJ, Omega e Barreto, 1930. p.75.

<sup>17</sup> Octávio Ianni. Estilos de Pensamento, in O Pensamento de Oliveira Vianna, SP, Ed Unicamp.

<sup>18</sup> Antonio Cândido. op. cit. p.123.

brasileira em função do setor exportador. "São as crises e flutuações do setor cafeeiro que abrem perspectivas diversas à economia do país, criando incentivos à produção artesanal e fabril"<sup>19</sup>. A diminuição brusca dos lucros dos cafeicultores, exigindo medidas governamentais de emergência, aparece como elemento central de uma situação de transição já dinamizada no campo cultural pela exigência de transformações capazes de alterar a feição do Brasil pela modificação das instituições e dos hábitos mentais das elites dirigentes. As dissidências intra-oligárquicas, por ocasião da sucessão presidencial, só vem complicar ainda mais a conjuntura crítica.

Washington Luis, cujo quadriênio presidencial em 1929 está prestes a espirar, encaminha mal a sucessão, gerando motivo para o rompimento do compromisso caracterizado na "política dos governadores". Indicando um candidato paulista para as eleições, desagrade os interesses mineiros, a quem caberia a indicação do sucessor. Estes, associam-se a riograndenses e paraibanos e compõem a Aliança Liberal, cujo candidato, Getúlio Vargas, enfrenta a candidatura oficial com o apoio também da

---

<sup>19</sup> Octávio Ianni. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1988. (4ª edição). p.31.

dissidência paulista constituída no Partido Democrático. Apesar do rompimento, Júlio Prestes vence as eleições. Porém, em outubro, os derrotados, com o apoio decisivo dos militares, principalmente da jovem oficialidade (os tenentes), tomam o poder, impondo a deposição de Washington Luis a 22 dias do final de seu mandato. Em 3 de novembro é empossado o chefe revolucionário Getúlio Vargas.

Mais do que simples alteração de grupos no comando do Estado, a Revolução de 30 marcou uma etapa decisiva na transição da economia brasileira para uma ordem industrial. Neste momento, combinam-se às condições internas -materiais e subjetivas- favoráveis à mudança, o decisivo estímulo externo, representado pela crise mundial que abala o sistema agro-exportador no qual se assentava a economia do país. O que começou como reação política lentamente foi se transformando numa revolução burguesa definida, "num momento superestrutural da 'acumulação primitiva', que funda a industrialização posterior"<sup>20</sup>. O bloco de forças que se forma sustentando a revolução inicia uma etapa de decisões tendentes à industrialização e substituição de importações, num contexto em que se recoloca o

---

<sup>20</sup> Octávio Ianni. Estado e Capitalismo. p.126.

embate entre a civilização rural e a civilização urbana, para recuperarmos Sérgio Buarque.

A formação do setor industrial, conforme esclarece Octávio Ianni, se dá no interior de uma economia colonial. A cafeicultura, sendo o principal setor de uma economia voltada à exportação, gera as condições para a industrialização. Suas crises, diminuindo os recursos para a importação de manufaturados, criam possibilidades de dinamização do setor fabril local para o atendimento daquelas demandas. Através de um processo de "socialização das perdas", caracterizado pelas depreciações da moeda nacional, o governo mantém o investimento no setor ao mesmo tempo que, indiretamente, favorece a conversão do capital agrícola em industrial, no interior do mercado nacional. É a industrialização que se inicia, tendo por base o capital agrícola, sem, contudo, suplantá-lo estruturalmente <sup>21</sup>. Nesta acomodação, reflete-se a ambiguidade da transição em curso na sociedade brasileira, onde o específico moderno não suplanta o atraso, antes incorpora-no no presente, gerando uma situação de complexidade em

---

<sup>21</sup> Conforme Octávio Ianni. Estado e Capitalismo, parte 3: Economia e Política. Também Octávio Ianni. Colapso do Populismo, parte III: Fases da Industrialização.

que a modernização caminha desacompanhada da modernidade<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Conforme Marshall Berman. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar (A Aventura da Modernidade). SP, Cia das Letras, 1986.



### Anos Trinta: a construção do Brasil moderno

A República que findava, acossada por uma insurreição militar e abalada pela crise econômica, não cumpriu a promessa de modernidade que acompanhou o seu nascimento. Ao lado do moderno das leis e das fachadas urbanas convivia o particularismo, a excludência e a repressão. A política, sendo negócio exclusivo das oligarquias, relegava ao abandono o trabalhador, já em contato com a realidade do mundo das cidades e o universo fabril. A sociedade efetivamente se transformava, mas as novas demandas não encontravam eco no poder.

Neste contexto, o golpe que pôs fim à ordem de 1891 e conduziu ao poder Getúlio Vargas, representante da política gaúcha, foi muito mais que simples alteração na direção do país. Na realidade, com a deposição de Washington Luis teve início uma fase de revisão completa da vida nacional, onde a transição que lentamente empurrava o Brasil rumo ao predomínio urbano, na definição de Sérgio Buarque<sup>1</sup>, ganha contornos mais nítidos, rompendo em definitivo as bases da tese que consagrava uma vocação agrícola

---

<sup>1</sup> Conforme Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, RJ, José Olympio, 1969. (5ª edição).

ao país, dentro dos quadros de uma divisão internacional do trabalho.

Com o início do governo de Getúlio Vargas, o país conhece uma fase nova em sua história, onde muitas das demandas mudancistas, apenas anunciadas em 1922, se realizam, parcial ou completamente, configurando um abalo na tradição que, entretanto, não é totalmente superada. A estrutural debilidade do novo não impede que se modifique o cenário onde corre a vida brasileira. A começar pelo delicado tema da "questão social", que a ordem oligárquica preferiu tratar como "questão de polícia"<sup>2</sup>, até chegar ao estabelecimento da política ideológica, avança a novidade, conduzindo ao encontro do moderno.

Em seus primeiros atos, como chefe do poder discricionário, Getúlio sinaliza a nova mentalidade. Com a criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Educação e Saúde, o governo instituído pela revolução demonstra a nova orientação, herdada da tradição positivista do Rio Grande do Sul, de incorporar o proletariado à sociedade de forma tutelada, impedindo sua livre manifestação. Dessa maneira, o alcance social das

---

<sup>2</sup> Conforme Francisco Iglésias. Breve História Contemporânea del Brasil. México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1995.

iniciativas, principalmente as tendentes à proteção ao trabalhador, diluía-se num ambiente de assitência e cooptação, onde as dádivas vindas do alto amortizavam o ímpeto revolucionário da sociedade.

Interessa ressaltar, que a sociedade que conhece as mudanças iniciadas após a revolução de outubro não é a mesma do início do período republicano. Por várias formas, desde o declínio do ciclo da cana de açúcar, passando pela abolição do trabalho escravo, até chegar na crise econômica mundial que abalou a economia cafeeira, o país conhece uma mudança de mentalidade. Acompanhando a tendência geral do mundo no entre guerras, o Brasil questiona a validade do modelo liberal democrático para a sua elevação a um patamar superior no concerto das nações. É o momento em que ganham difusão as ideologias de esquerda e direita, principalmente em função da implantação de regimes políticos a ela relacionados, como é o caso da associação da revolução russa de 1917 ao marxismo e das teses facistas presentes nos governo de Mussolini, na Itália, e Salazar, em Portugal.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Francisco Iglésias dirá que, "após a Primeira Guerra o mundo é sacudido por uma exacerbação ideológica, decorrência da revolução comunista de 1917, que assusta os bem-pensantes e aguça o lado oposto, mais tradicional, de cunho conservador ou reacionário. O pós-guerra assiste à chamada maré dircitista, em parte pelo aumento do temor do comunismo - seu fantasma volta a percorrer não só a Europa, mas o mundo, indo além do

As medidas que vão sendo implementadas pelo governo discricionário vão se enquadrando no espírito reformista que marca o engajamento da sociedade, principalmente dos intelectuais, na obra renovadora. Daquele momento em diante, o país se voltou à compreensão de sua história e à definição do seu destino, tendo de decidir entre a tradição e a modernização na busca de justificativas para as ações. É um momento de ideologização do debate político, onde o Brasil acompanha o mundo e redefine sua trajetória, seja pela esquerda ou pela direita. Dirá Antonio Cândido, referindo-se aos intelectuais e artistas, que "mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período"<sup>4</sup>.

De forma um tanto quanto confusa, principalmente por não contar com uma classe capaz de alavancar a transformação e indicar o sentido da mudança, o país

---

anunciado no *Manifesto* de 1848, como se vê na escalada do facismo, começada na Itália em 1922 e com manifestações em vários países europeus, da Polônia à Espanha e a Portugal, como também no mundo americano". Francisco Iglésias. op. cit. pp.225/226.

<sup>4</sup> Antonio Cândido. *A Revolução de 1930 e a Cultura*, in *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*, SP, Ed. Ática, 1989. p.182.

experimenta um período de intensa fermentação intelectual e política, onde todos buscam superar a rotina em que se assentava o regime decaído. Os intelectuais, principalmente, na condição de intérpretes da nação, assumem a tarefa de repensar o destino do Brasil. Neste momento, formulam-se as matrizes básicas do pensamento social brasileiro, dizendo respeito a questões pertinentes aos desafios que a sociedade estava enfrentando em sua busca de "tornar-se contemporânea do seu tempo"<sup>5</sup>.

A ordem agrária e patrimonial estava sendo superada, mas continuava condicionando o moderno. Num ambiente marcado ao mesmo tempo pela fraqueza da tradição e da modernização, as ideologias passaram a cumprir um importante papel legitimador da autoridade, ajudando a superar o momento histórico problemático. Efeito do atraso do capitalismo, essa situação de compromisso entre o velho e o novo confere ao intelectual a posição relevante de "representante imaginário da sociedade", aquele que

---

<sup>5</sup> Conforme Octávio Ianni. *Estilos de Pensamento*, in Q. Pensamento de Oliveira Vianna, Ed. Unicamp. Em "A Idéia de Brasil Moderno", Ianni vai detalhar estas questões básicas: "a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e o associado, o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernização e a tradição". Octávio Ianni. A Idéia de Brasil Moderno, SP, Ed. Brasiliense, 1992. p.29.

assume as responsabilidades do momento histórico e com suas formulações legitima a ação estatal <sup>6</sup>.

A específica transição brasileira, no momento crítico do pós-revolução, oferecia aos intelectuais a possibilidade de influir no processo político, o que os aproximava do chamado ao engajamento feito por Alberto Torres, em conjuntura não muito distante<sup>7</sup>. Dessa forma, investidos da condição de elite estratégica, encontram-se com os temas do pensamento conservador em difusão no entre guerras. Elitismo, autoritarismo e nacionalismo vão constituir-se em elementos centrais de um discurso que visa justificar a ação do Estado no processo de modernização. Pela direita, vai se preparando a sociedade para o estabelecimento da ditadura do Estado Novo.

---

<sup>6</sup> No artigo "O Partido da Inteligência", Paulo Arantes, refletindo sobre a ideologia alemã, formula a seguinte passagem, que transpomos para ilustrar a situação brasileira: "na Alemanha, onde 'cada classe, tão logo começa lutar contra a classe que está por cima dela, vê-se emaranhada na luta contra aquela que está por baixo', nenhuma classe particular tem condições de se transformar no 'representante negativo da sociedade'. O intelectual ideólogo será este representante imaginário nessa permanente conjuntura de compromisso. A negatividade aqui é expressão da sua universalidade infeliz, feita da independência dúbia que só a marginalidade confere e do compromisso que a 'situação híbrida' (*ein Gemisch*) na Alemanha tornava inevitável; e também, um pouco a lógica da reflexão intelectual desimpedida à margem dos interesses de classe antagônicos". Paulo Arantes. O Partido da Inteligência, in Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio, n° 9, SP. Ed. Brasiliense, 1979. p.90.

<sup>7</sup> Conforme Daniel Pécaut. Os intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação, SP Ed. Ática, 1990. e também Lúcia Lippi Oliveira. Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30, in Dados, n° 22.

Conforme dirá Marco Aurélio Nogueira, neste momento de definição da nacionalidade e de ingresso efetivo na fase do capitalismo industrial, não só os intelectuais, mas "todos os agentes viverão a ilusão de substituir a sociedade, antecipar-se a ela, criá-la de cima para baixo ou pura e simplesmente neutralizá-la através da integração subordinada ao Estado"<sup>8</sup>. Pela direita e pela esquerda organizam-se movimentos, acompanhando a tendência mundial, com objetivos golpistas. Ao mesmo tempo, em 1932, retornam à cena as velhas oligarquias, sob a liderança de São Paulo, questionando o rumo das mudanças implementadas por Getúlio Vargas<sup>9</sup>.

O Brasil estava vivenciando uma fase fundamental de sua história, onde a agitação política interna espelhava uma transição estrutural, cuja dinamização era possibilitada pela situação de crise internacional do capitalismo. Para os atores, estava colocada a virtualidade de superação do trágico atraso que nos envergonhava ante o mundo "civilizado". Neste

---

<sup>8</sup> Marco Aurélio Nogueira. Os Anos Trinta, in Perspectivas, n° 11, SP, 1986, p.97.

<sup>9</sup> Em 9 de julho de 1932 eclode a "revolução constitucionalista", exigindo o fim do governo discricionário e a constitucionalização do regime. Em 2 de outubro daquele ano, as tropas da União põem fim ao movimento. Apesar da derrota, os revoltosos atingem o seu intento, pois o tema da constitucionalização ganha o país e torna-se obrigatório.

contexto, impedir o retorno ao velho sistema oligárquico torna-se uma necessidade.

Apesar de vitoriosa a tese da constitucionalização, conduzindo à elaboração da Constituição de 1934, inspirada nas obras jurídicas mais avançadas e na Carta de Weimar, não retornou a normalidade. De certa forma, a atmosfera brasileira daqueles anos está carregada de inspiração golpista. Por força da peculiar transformação que empurrava o país, todos "viviam a ilusão" de construir o novo pelo alto, por força da vontade. Não é exagerado afirmar, que o momento era propício à difusão de um voluntarismo, ainda quando se pretendesse vincular às ações a um pensamento condutor pretensamente científico.

Nos anos críticos que antecedem o Estado Novo, eclode um levante de inspiração comunista, em 1935, ao mesmo tempo que recrudesce a agitação integralista, pela direita. É a justificativa necessária para o golpe, cujo efeito maior foi tornar impossível o retorno à ordem anterior, principalmente pelo sentido das suas realizações materiais, que dotaram o país da estrutura necessária ao desenvolvimento industrial.



Pela submissão da sociedade, a modernização vai ganhar decisivo impulso graças à ação desimpedida do Estado, tornado portador do interesse nacional. O exercício ditatorial do poder vai se justificar na obra de muitos intelectuais, que em função de sua situação excepcional, se julgam com uma missão a cumprir. Azevedo Amaral dirá que esta é, basicamente, recuperar o sentido da formação histórica do Brasil, deformado pelas adaptações dos princípios liberais, e construir a verdadeira nacionalidade<sup>10</sup>.

O Estado Novo, criado pela Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, marca uma fase policialesca na vida nacional, com a supressão das liberdades civis e políticas, mas, ao mesmo tempo, suas realizações materiais são substantivas, acompanhando o sentido geral das mudanças promovidas por Getúlio à frente do governo pós-revolucionário. Neste momento, além das medidas de alcance social, que visavam uma incorporação subordinada do trabalhador ao sistema da ordem, avança-se muito na modernização da máquina estatal e na construção de uma economia mais complexa, com a instalação inclusive de uma indústria de bens de produção por iniciativa pública.

---

<sup>10</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual, SP, Cia. Editora Nacional, 1934.

Atuando como empresário, o Estado cumpriu um importante papel na dinamização da transição brasileira, tendo contado para isso, com um ambiente ideológico que justificou a sua ação. O país mudou, venceu uma etapa importante de sua passagem ao capitalismo industrial. Para recuperarmos Octávio Ianni, podemos dizer que, neste processo duas importantes fases foram vencidas: a primeira, quando a crise da cafeicultura propiciou o desenvolvimento de um setor industrial; a segunda, quando, no contexto da revolução de 30 e do Estado Novo, importantes medidas propiciaram a diversificação e expansão deste mesmo setor<sup>11</sup>.

Eixo de grandes mudanças, os anos da década de 30 são um marco na construção do Brasil moderno.

---

<sup>11</sup> Conforme Octávio Ianni. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1988. (4ª edição). parte III, principalmente.

**Azevedo Amaral e a Defesa da Modernização pela  
Via Autoritária**

## O autor e sua obra

Antonio José do Azevedo Amaral nasceu na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, em 26 de março de 1881. Seu pai, Ângelo Tomaz do Amaral, trabalhou com o Visconde de Mauá na construção de estradas de ferro, indo depois, com a falência deste, ocupar postos políticos como presidente das Províncias do Amazonas, Pará e Alagoas, tendo sido também deputado geral. Sua mãe, Maria Francisca Alvares do Azevedo Amaral, irmã do poeta Alvarez de Azevedo, foi quem se encarregou de sua educação, ensinando-lhe a ler.

No curso primário, Amaral depara-se, no Externato Aquino, com o professor de história natural Antonio Pacheco das Neves Leão, que seria o responsável por sua decisão de seguir a carreira médica, principalmente em função do gosto pelos temas biológicos. Terminado o curso secundário, em 1897, ingressa, com dezesseis anos, na Faculdade de Medicina, onde se forma em janeiro de 1903, apresentando tese sobre tema especializado: "Patologia do Edema". É durante esse período na faculdade que desperta a sua inclinação para a imprensa, o que o levaria a decidir-se pelo jornalismo como profissão.

Corria o ano de 1901, quando a decretação de um código de ensino pelo governo Campos Salles desagradava os estudantes, gerando a rebelião. Participante do movimento, como representante dos quinto-anistas, Amaral redige um artigo que seria levado à opinião pública através da imprensa. É quando surge a possibilidade de tornar-se colaborador no Jornal do Comércio. Conforme dirá Nelson Werneck Sodré, "era o princípio duma carreira que logo dominaria toda a existência do enamorado da biologia. Primeiro passo numa senda que não abandonaria mais e que o envolveria, que o consumiria, com todas as vantagens e todos os inconvenientes que o jornalismo brasileiro possa trazer a quem se incline aos estudos"<sup>1</sup>.

Formado, Amaral parte, em 20 de maio de 1903, em viagem à Europa, onde permanecerá por 18 meses. No regresso ao Brasil, trabalha como médico por dois anos consecutivos, atendendo operários empregados nas obras do porto do Rio de Janeiro. Depois, empreende sua segunda e mais importante viagem ao continente europeu, quando inicia colaração regular ao

---

<sup>1</sup> Nelson Werneck Sodré. Orientações do Pensamento Brasileiro, RJ, Ed. Vecchi Ltda., 1942. p.22.

jornal Correio da Manhã, de Edmundo Bittencourt, com quem fizera amizade à época da agitação estudantil.

Nos dez anos em que permanecerá na Europa, vivendo exclusivamente como jornalista, Amaral faz a cobertura da Primeira Guerra, escrevendo seus artigos a partir de Londres. Nestes, predomina a preocupação com os interesses brasileiros, afetados pela conjuntura internacional difícil, o que o leva a desenvolver algumas posições críticas à postura de seus anfitriões, fato que acaba contribuindo para o término forçado de sua correspondência por imposição do governo inglês. Nos três meses em que aguarda o seu regresso ao Brasil, dedica-se a apurar os seus conhecimentos, visitando museus e lendo intensamente.

De volta ao país, Amaral mantém a atividade jornalística, tendo trabalhado como redator-chefe no jornal Correio da Manhã, de onde saiu para participar da fundação, em 19 de novembro de 1917, do Rio Jornal. Deste, passou à redator -chefe em O País, de onde saiu para fundar O Dia, onde permaneceu entre 1921 e 1923. Organiza a Revista Política e Finanças e redige, a convite de Assis Chateaubriand, o Boletim Internacional de O Jornal. Após um ano, retorna à Europa, onde permanece de novembro de 1925 a novembro de 1926, colaborando sempre com jornais

brasileiros, enviando artigos sobre a situação do mundo que se reorganiza no após-guerra.

De volta ao Brasil, Amaral escreve artigos para O Jornal e, após o movimento constitucionalista de 1932, passa a redator principal de A Nação, de onde sai para fundar a Gazeta do Rio. Funda ainda a revista Diretrizes, que circula entre 1938 e 1942, ano de seu falecimento, em 9 de novembro, aos 61 anos.

.....

Inserido na geração intelectual que nos anos 20 e 30 arrogou-se a tarefa de pensar e agir em função da construção da nação, Azevedo Amaral vai produzir uma interpretação do episódio revolucionário de 1930, bem como uma obra de louvor à ação discricionária de Vargas no período que antecede o golpe de Estado de 1937. Depois, irá afirmar o caráter realístico do Estado Novo, esclarecendo sua originalidade quanto aos modelos totalitários -facista e comunista- com os quais poderia ser identificado. Irá ainda, apoiando-se em correntes de pensamento européias -notadamente no evolucionismo e na pesquisa biológica- tentar definir o que seria uma teoria da história e da mudança, qualificada como "crise de mutação".

Sua teoria, basicamente, implica numa lógica de evolução francamente positivista, onde todo o desenvolvimento seria resultante de um esforço adaptativo dos povos às injunções das realidades que o cercam, num caminmho ascencional que culminaria em organizações político-econômico-sociais harmônicas com o meio. Neste trajeto, as "crises de mutação", significando uma ruptura com uma ordem anterior imperfeita e sua superação por outra mais adequada, cumprem um papel fundamental de marcar os momentos de passagem evolutiva, distinguindo meros movimentos insurrecionais das verdadeiras revoluções.

O processo que Amaral qualifica naquilo que seria a sua teoria do desenvolvimento histórico, entretanto, não ocorre naturalmente, como decorrência da movimentação de forças sociais no dinamismo de uma dada coletividade. Para ele, é necessário que os saltos para frente nas "crises de mutação" sejam conduzidos por uma inteligência superior, capaz de apreender adequadamente a situação de inadequação entre as estruturas artificialmente criadas e a injunção das condições objetivas do meio físico e das características bio-psíquicas da raça que compõe determinada sociedade. Dessa forma, a hierarquia entre as civilizações superiores e inferiores seria decorrente da "capacidade maior ou menor de



entendimento do seu próprio determinismo sociológico"<sup>2</sup>, o que não elimina uma segunda ordem de considerações quanto à afirmação da personalidade coletiva de um povo em suas construções institucionais.

Segundo Amaral, "nenhum povo jamais conseguiu imunizar-se completamente da infiltração de idéias e exemplos que vieram a ser assimilados, integrando-se na plasmagem evolutiva das suas instituições"<sup>3</sup>. A influência dos modelos exóticos tanto é maior quanto menor o contato da população com o meio físico em que está estabelecida. Populações originárias em solo nativo sofreriam menor influência que as populações transplantadas, como por exemplo aquelas que se estabelecem em núcleos coloniais, que invariavelmente se organizam segundo tradições herdadas do contexto metropolitano. Nestas, o processo histórico desenvolve-se como uma tensão constante entre as estruturas institucionais e a realidade ambiente, implicando em atraso na marcha evolutiva. "O contraste chocante entre o meio tradicional da raça e as condições profundamente diversas do ambiente novo parecem provocar reações psíquicas de defesa da mentalidade histórica do grupo colonial, que, por

---

<sup>2</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. RJ, Livraria José Olympio Editora, 1938. p.9.

<sup>3</sup> Azevedo Amaral. op. cit. p.11.

assim dizer, se entrincheira nos traços do seu psiquismo, recusando-se subconsientemente às adaptações que as condições exigiriam e o bom senso aconselha"<sup>4</sup>.

O Brasil, para Amaral, estaria às voltas com os problemas adaptativos inerentes à elaboração de "formas orgânicas de sociedade", se encaixando peculiarmente no quadro geral da teoria do desenvolvimento por ele formulada, principalmente em função do caráter da empresa colonizadora portuguesa. Esta, descrita em pormenor em "A Aventura Política do Brasil", de 1935, seria marcada por preocupações meramente econômicas, não importando para o colonizador o estabelecimento de núcleos de ocupação permanente nas terras ocupadas. Buscando principalmente drenar para a metrópole as riquezas coloniais, o empreendimento lusitano desobrigou-se das finalidades políticas da ocupação, o que teve nefastas repercussões na evolução ulterior do país, dificultando a sua unificação e retardando o enraizamento dos colonos. "Durante mais de dois séculos a situação das populações distribuídas pelo território já ocupado no Brasil foi assim nitidamente a de simples colonos empenhados em aproveitar as riquezas naturais do país, sem quaisquer preocupações

---

<sup>4</sup> Azevedo Amaral. op. cit. p.13.

sérias de constituírem uma coletividade coordenada por vínculos políticos e assim unida em um bloco capaz de tornar-se a base de uma verdadeira nacionalidade"<sup>5</sup>.

Essa dificuldade quanto à edificação da nação brasileira somente começa a ser superada por volta do século XVIII, quando o sucesso da mineração propicia a situação econômica e social adequada à formação do espírito político, com a eclosão de preocupações superiores às visões regionalistas que prevaleciam até então, herdadas da antiga divisão do país em capitanias hereditárias, sem contato umas com as outras. A evolução política do Brasil, para Amaral, começa então nesta ocasião, estando condicionada a circunstâncias especiais que a desviam do salutar contato com as realidades nativas. Dois fatos contribuem para esse distanciamento.

Amaral alerta que, desde o momento em que Portugal recuperou a sua independência, em 1640, o Estado metropolitano relacionou-se com a colônia por meios puramente fiscais, não revertendo em troca dos impostos que arrecadava nenhum benefício. Esta situação fazia com que toda a responsabilidade pela manutenção e defesa do território brasileiro recaísse

---

<sup>5</sup> Azevedo Amaral. *op. cit.* p. 17.

sobre os colonos, como foi o caso, por exemplo, da expulsão do invasor holandês no nordeste. Dessa maneira, forma-se um sentimento anti-estatal no Brasil, predispondo os grupos locais contra o Estado parasita. "Os homens que organizavam e dirigiam a economia nacional nascente, tanto na mineração como na lavoura agrícola a ela associadas, adquiriram o hábito de encarar o Estado como entidade adversa e a verem na autoridade pública uma força permanentemente contrária aos seus legítimos interesses"<sup>6</sup>. Além disso, forma-se no país uma classe de indivíduos que incorporam-se aos cargos subalternos da administração e evoluem para posições de relevo na condução dos destinos nacionais, desviando ainda mais a nacionalidade nascente do rumo seguro do desenvolvimento.

Recuperando as interpretações de Gilberto Freire, contidas em "Casa Grande & Senzala", de 1933, Amaral, principalmente em "A Aventura Política do Brasil", vai atribuir à raça de mestiços, que passa a se ocupar de funções públicas na organização colonial, uma parcela de responsabilidade pelo divórcio que vai se formar entre Estado e nação no país independente. Considerando-os inferiores socialmente, por estarem desvinculados da esfera da produção, e também

---

<sup>6</sup> Azevedo Amaral. op. cit. pp.20/21.

inferiores etnicamente, argumenta que a mentalidade política que formam não se eleva acima de uma situação parasitária, onde perde-se o horizonte da autoridade disciplinadora, fundamental na organização nacional.

As circunstâncias para o êxito dos mestiços na ocupação dos cargos públicos deviam-se tanto ao fato de que os postos de relevo estavam reservados a funcionários vindos de Portugal, quanto à falta de inclinação dos proprietários coloniais para deslocarem-se de sua esfera de ação eminentemente econômica para uma condição de inferioridade na administração que lhes era estranha. Assim, não havendo no país uma burguesia urbana que ocupasse a posição de estrato intermediário entre o grupo servil e a aristocracia colonial, ficava aberta a possibilidade de ascensão àquele grupo.

Não bastasse o alheamento da classe dos proprietários dos negócios públicos e a condução destes por indivíduos inferiores socialmente, um outro fator contribuiu para desvirtuar o desenvolvimento da nacionalidade nascente. A contaminação cultural das elites com as idéias da revolução francesa serviu, no dizer de Amaral, para colorir de exotismo a trajetória política brasileira, desviando as atenções dos reais

problemas da terra. As influências do parlamentarismo inglês e dos preceitos do movimento francês tendo estado presentes nos acontecimentos que levaram à independência, culminaram em uma armação institucional totalmente artificial, pois originada em uma situação histórica de afirmação das burguesias européias contra as prerrogativas das monarquias articuladas à aristocracia feudal. O Brasil, tanto pelos antecedentes da metrópole, como pela sua própria evolução, não contava com uma burguesia urbana em condições de assumir a primazia do processo histórico de constituição da nação.

Sendo a classe dos proprietários a única em real contato com a terra, o seu afastamento da condução política do país tornou ainda mais dramática a situação de distanciamento da organização da nação do curso natural de sua evolução. E esse fato se acentua ainda mais, quando entre o final do século XVIII e o início do século XIX a crise da mineração e a concorrência imposta à lavoura da cana pela utilização da beterraba na Europa impõe o seu empobrecimento, levando-a a precisar contar com a proteção do Estado. "Nascidas sob maus auspícios, as nossas instituições políticas longe de se adaptarem às condições objetivas da estrutura nacional e das manifestações do seu

dinamismo, afastaram-se cada vez mais da realidade"<sup>7</sup>. E esse afastamento se ampliou a um ponto que, no período que antecede a República, o desdém pelo Brasil e seus problemas patenteava-se no discurso político, todo ele marcado, segundo Amaral, por um apriorismo teórico e um sentimentalismo liberal.

Apesar da falta de contato com os reais problemas do país, o sentimento que informa o republicanismo, conforme Amaral, é marcado por um sentido realista e nacionalista. O paradoxo se deve ao fato de que as forças que se insurgem contra a monarquia e suas instituições exóticas, são as que representam autenticamente os interesses vitais da economia brasileira. Dessa forma, é a pressão das regiões economicamente mais desenvolvidas, notadamente São Paulo e o Rio Grande do Sul, que avaliza a mudança.

A República, tendo promanado desse sentimento oriundo das forças vitais da economia, representou um papel positivo quanto à aproximação da ordem política com a realidade nacional. Tendo organizado a nação sob forma federativa, os constituintes de 1891 puseram termo à ameaça secessionista que vinha se formando graças à excessiva centralização imperial. Em "O Brasil na Crise Atual", escrito em 1934,

---

<sup>7</sup> Azevedo Amaral. op. cit. p.30.

Amaral argumenta que um dos mais graves erros da monarquia foi inverter a lógica do desenvolvimento nacional retirando das Províncias, em 1834, a autonomia no tocante à questões econômicas e administrativas, o que acabou gerando descontentamentos regionais. De focos de desenvolvimento econômico as Províncias se tornaram centros de irradiação política em confronto com o poder central. A ordem em que se assentava a evolução brasileira, com estas desempenhando funções econômicas e o município servindo de centro de atividades políticas onde se gerava o espírito nacional foi definitivamente sepultada em prejuízo do país. "Em tais circunstâncias, os legisladores constituintes de 1891 não podiam evitar, na organização federativa, certas concessões excessivas no tocante à autonomia dos Estados, em que se transformavam as antigas Províncias"<sup>8</sup>. Mas estes privilégios serviram para deter a ação dissolvente dos regionalismos, preservando a integridade nacional.

Apesar de determinar a positividade da ordem republicana quanto ao desenvolvimento do Brasil, Amaral não tarda em esclarecer que aquilo que foi benéfico nas circunstâncias do fim da ordem imperial, em 1930 representava grave ameaça, tendo sido

<sup>8</sup> Azevedo Amaral. *op. cit.* p.37.



característico do movimento revolucionário daquele ano as denúncias contra o excesso de liberdade dos Estados em detrimento da nação em sua totalidade.

Essencialmente preocupado em descortinar alternativas para a elevação do Brasil a um patamar superior no concerto das civilizações, Amaral fará a defesa da perspectiva industrialista, visando a criação de uma economia autarquica, como saída possível para evitar-se as crises como a que sacudiu o país em 29. Sua tese, caminha no sentido da criação de um complexo estatal com ampla capacidade de intervenção e regulação sobre a economia e a sociedade, o que seria possível pelo funcionamento dos mecanismos autoritários-corporativos.

Antiliberal como convinha a grande parte de seus contemporâneos, Amaral vai se tornar um dos principais publicistas do Estado Novo, ao lado de Francisco Campos e Oliveira Viana, tendo deixado uma obra composta por inúmeros artigos, além dos seguintes livros:

Ensaio Brasileiro, RJ, Omega e Barreto, 1930

O Brasil na Crise Atual, SP, Cia. Editora Nacional, 1934

A aventura Política do Brasil, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1935

Renovação Nacional, 1936 (sem indicação do editor)

O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1938

Getúlio Vargas Estadista, RJ, Irmãos Pongetti, 1941.

## A interpretação da revolução e a defesa da via autoritária à modernização

Azevedo Amaral, em seus livros, preocupa-se em qualificar a revolução de 1930 afirmando as suas possibilidades quanto à alteração na evolução da nação e, também, os possíveis obstáculos à obra revolucionária. Assim, ele procede a um inventário das causas do golpe de Estado, bem como busca definir os motivos que animavam o movimento de outubro. Neste trabalho, ele levanta as principais causas da agitação na vida republicana, sempre mantendo-se fiel à tese de que determinante na eclosão dos acontecimentos mudancistas foram os fatores econômicos, agravados pela circunstância mundial de crise da economia capitalista. Internamente, porém, os motivos se agravam, principalmente, pela adoção de modelos exóticos na organização institucional do país. Dessa forma, as medidas tomadas pelos governos da primeira República, principalmente as contidas no plano de estabilização monetária de Washington Luis (1926), visando atenuar os reflexos da crise internacional na economia brasileira, baseada na exportação de produtos primários -o café, principalmente- e de matérias primas, são atacadas como ineficientes. E isso não só em função de sua fragilidade técnica, mas também devido ao seu caráter de irreabilidade, geradas

que eram num sistema descolado e em franca oposição às forças vivas que compunham a nacionalidade.

Mantendo esta perspectiva, podemos dizer que Amaral preocupava-se acima de tudo em desqualificar o modelo político em que se apoiava a República velha. Isso era necessário para que a obra de reconstrução nacional conduzisse o país a uma situação econômica superior, livre dos sobressaltos que vitimam as economias dependentes unicamente das demandas externas aos seus produtos. Abandonar o Estado político e construir um Estado com capacidade de intervenção na economia, coordenando os esforços para o desenvolvimento do país rumo a uma economia autárquica, preocupação recorrente nas obras de Amaral, é tarefa que pressupõe a domesticação da sociedade civil. Por isso a necessidade de desqualificar os mecanismos da democracia representativa e as idéias do liberalismo político, que postulam a liberdade e a autonomia política dos indivíduos que compõem a sociedade contra a tutela de qualquer poder superior.

Azevedo Amaral está preocupado em demonstrar a inadequação do modelo político adotado pela Carta de 1891, que segue uma tendência antiga na sociedade brasileira à imitação das idéias estrangeiras. Nos

antecedentes do movimento revolucionário ele afirma as contradições deste com as diretrizes do desenvolvimento e vai além, ao admitir a inferioridade da nação republicana, buscando em idéias biológicas em voga no seu tempo a explicação para tal fato. Na realidade, ele já está preparando o cenário para a defesa da ditadura e de seu líder, que, como veremos, será enaltecido por suas qualidades superiores à maioria dos brasileiros.

Importante é ressaltar, que ao tecer o panorama da agitação política que culmina com o golpe da Aliança Liberal, Amaral procura desqualificar o seu conteúdo mudancista ou, melhor dizendo, os ideais de renovação que encarna. Para ele, a revolução ocorre em função do descontentamento quanto à situação do país e aos homens que o conduzem, despertando reações instintivas nas massas quanto à necessidade de se preservar a nação de um colapso inevitável. Não houve, entretanto, uma preparação ideológica para o movimento, o que culminou na ausência de sentido construtivo para a revolução e na anarquia de idéias, geradas pela incorporação de conceitos em difusão no mundo do entre guerras.

Para Azevedo Amaral, então, a revolução é um acontecimento positivo, mas que precisa ser depurado

de influências e tendências, para que as novas elites conduzam a obra de renovação em direção a um rumo seguro, livre dos riscos ameaçadores de uma movimentação que recomponha a participação popular via democracia política; livre dos desvios dos quatro decênios anteriores. Somente assim, acredita ele, não se perderá a oportunidade para elevar o Brasil a um patamar superior no contexto das nações.

O senso de oportunidade, demonstrado por Amaral, vai se refletir principalmente quando, passado o momento revolucionário, ele se preocupará em justificar o poder discricionário de Getúlio Vargas e, mais tarde, o golpe que impôs o Estado Novo. Agora, no entanto, este manifesta-se no preparativo do terreno, na afirmação de que a revolução promana de um instinto popular mantido livre dos vícios do Estado político; e, também, na interpretação de que a queda da República velha ocorre num momento inoportuno, onde, em meio à grave crise econômica aparecem revolucionários despreparados para a missão renovadora.

Na análise dos episódios que antecedem a revolução, todos os fatos vão se conjugando para afirmar a necessidade de um novo projeto de país, conduzido por indivíduos preparados para romperem

preconceitos que se haviam infiltrado na sociedade, ameaçando sua evolução futura. A crise do café, como fator econômico principal; a ameaça à unidade nacional, pela adoção do federalismo e pelo predomínio de São Paulo nos negócios públicos; a democracia política como uma falácia a separar Estado e nação; os revolucionários como indivíduos despreparados para a empresa renovadora. Tudo isso vai conduzir, na elaboração de Azevedo Amaral, à solução autoritária.

Mas não é apenas depreciando a ordem republicana decaída que Amaral vai lançar os pressupostos de seu projeto renovador. Ele também se preocupa em afirmar o que há de positivo no regime ultrapassado pelos acontecimentos de outubro. Dessa forma, o aumento na renda nacional, que propiciou o surto das indústrias, bem como a elevação na formação cultural e social das elites, incorporando em suas preocupações as influências do pensamento científico e da técnica aliada à produção, são saudadas por um autor que parece valorizar as massas apenas como reserva moral do espírito cívico e mão de obra para a empresa revolucionária. Elitismo explícito de quem chega a afirmar a necessidade de elevação da nação pela depuração da raça, numa nítida demonstração de

afinidade com os cânones da pesquisa biológica em voga nos anos 20<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em "O Brasil na Crise Atual", encontram-se as seguintes passagens formuladas por Amaral: "O traço talvez mais forte deste período histórico é a acentuação das barreiras étnicas, sobrepondo-se aos outros divisores que tem separado a humanidade nos últimos séculos. (...) de todas as utopias do século XIX, nenhuma talvez esteja fazendo bancarrota tão espetaculosa como o sonho da confraternização das raças. (...) A civilização brasileira não poderá ser a cultura tricolor sonhada pelos que, iludidos com o resultado antropológico da miscigenação no seu aspecto somático, acariciam a utopia de uma mestiçagem psicológica. (...) O branco terá de firmar a sua supremacia espiritual, aproveitando-se apenas dos valores africanos e ameríndios, quando muito como elementos decorativos do seu triunfo". Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. SP, Cia Editora Nacional, 1934. pp. 260, 263 e 264.



## Antecedentes da revolução

Na obra de Azevedo Amaral a revolução de 1930, levada a efeito pelas forças que compunham a Aliança Liberal em oposição ao encaminhamento da sucessão do presidente Washington Luis, representa um verdadeiro marco divisor na história brasileira, momento em que se coloca como possibilidade o levantamento de uma obra de reconstrução capaz de harmonizar a nação com o sentido histórico de sua evolução. Neste termos, a eclosão e consequente vitória do movimento de outubro, apresentam um caráter saudado como positivo: "a revolução de 1930 subsiste na vida nacional como fenômeno essencialmente benéfico"<sup>1</sup>. Porém, o próprio autor denuncia a inoportunidade do golpe que pôs abaixo a institucionalidade prevalescente desde 1891: "Enquanto as forças vivas da nacionalidade reclamavam e impunham mesmo uma transformação profunda e brusca das condições existentes, as circunstâncias peculiares do momento eram de molde a tornar indesejável naquela ocasião a alteração súbita da estrutura política, por meio da qual vinha funcionando o organismo social da nacionalidade"<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual, SP, Cia. Editora Nacional, 1934. p.173.

<sup>2</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional, 1936. (sem indicação do editor). p.6.

Fatores econômicos, responsáveis também pela falência do Estado da primeira República, eram os causadores da preocupação de Azevedo Amaral quanto à oportunidade do golpe revolucionário. Esses fatores referiam-se sobretudo à crise do café, agravada pelas circunstâncias internacionais no ano de 1929<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo em que adverte sobre os riscos que a conjuntura desfavorável reservava à empresa revolucionária, Amaral associa na análise da derrocada da República velha outro argumento: a tendência à imitação presente na vida brasileira. O Brasil, segundo ele, não fazia mais do que acompanhar a orientação monetária de outras nações ao concretizar, através de lei, em 19 de dezembro de 1926, o seu plano de estabilização, cujo eixo principal era fixar o valor ouro do mil réis e defender os preços do café<sup>4</sup>.

Ao estabelecer a política monetária do seu governo, Washington Luis pecava pelo caráter arrojado e perigoso do empreendimento, desdunado pela crise mundial, que inviabilizava a manutenção de reservas

---

<sup>3</sup> Conforme dirá Amaral, "as dificuldades e os perigos da crise, que parecia destinada a ter por epílogo a desorganização da principal forma de produção do Brasil, eram particularmente agravadas pelos efeitos da política monetária, em execução desde o início do quadriênio presidencial, começado em 15 de novembro de 1926". Renovação Nacional, p.10.

<sup>4</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional.

metálicas, formadas com o produto de ouro obtido externamente. A política de estabilização errava por iniciar-se de cima para baixo, sem reorganizar as bases em que deveria se assentar. Já a sua conciliação com o sistema de defesa da produção cafeeira era marcada pelo antagonismo que agravava ainda mais os seus defeitos, pois a retenção deste produto nos armazéns reguladores prejudicava a exportação e diminuía, conseqüentemente, a entrada de ouro no país, inviabilizando o plano estabilizador. Assim, as condições econômicas da nação, longe de encontrarem uma solução de melhoria, caminharam rapidamente para uma situação crítica, onde os acontecimentos internacionais desempenharam papel fundamental. "A crise mundial, tornando insustentável o plano de defesa do café, pela impossibilidade de continuar o seu financiamento na escala em que era necessário, ameaçava o país com a perspectiva de uma ruína sem precedente na sua história. E o colapso do plano de estabilização, em consequência das mesmas causas, comprometia o crédito da nação, deixando-nos também em uma apavorante situação de anarquia monetária"<sup>5</sup>.

A revolução acontece, então, num contexto de grave crise econômica. Dinamizando esse fato, transparece a ausência de elaborações ideológicas por

<sup>5</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional. p.11.

parte dos revolucionários, o que os incapacita para a tarefa de estabelecimento de um sentido construtivo e de uma orientação sistemática às ações. Arrasta-se o país para uma crise complexa.

.....

#### **A catequese oposicionista e a avaliação do regime decaído**

Um processo, que Amaral define como de "catequese oposicionista" <sup>6</sup>, iniciado na imprensa, mas dinamizado depois, voluntária ou involuntariamente, para toda a sociedade, através de uma propaganda oposicionista ao regime de 1891, criou a circunstância favorável à mudança. Generaliza-se entre a opinião pública o sentimento de que a alteração de rumos era necessária para evitar-se a ruína do país. Essa aspiração nacional pela revolução, entretanto, não reflete fielmente a realidade. No dizer de Amaral, "o descontentamento que pouco a pouco se generalizou contra a primeira República e sobretudo contra os seus homens representativos, impressiona logo pela desproporção entre o seu vulto e intensidade e os aspectos da situação real do país, revelados através do exame desapassionado de elementos positivos, inclusive dados estatísticos concernentes à evolução do regime

<sup>6</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual.

decaído"<sup>7</sup>. Assim, apesar de denunciar a crise e sua natureza precípua, fundada em fatores de ordem econômica, é o próprio publicista do que viria a se tornar mais tarde na ditadura do Estado Novo, que divulga os avanços havidos durante o regime ultrapassado, quando vigoravam os mecanismos da democracia liberal.

Os quarenta e um anos de experiência republicana, separados por duas insurreições militares, em 1889 e em 1930, apresentaram um considerável progresso quanto à situação anterior do país. Do ponto de vista econômico, destaca-se um aumento na renda nacional, ainda que o país não houvesse alcançado a emancipação da monocultura<sup>8</sup>. E as vantagens dessa evolução redundaram num avanço considerável no aspecto cultural e social da nação, onde apesar de a educação popular continuar em estado de atraso, registra-se um apreciável desenvolvimento da cultura de elite, despertando tendências consentâneas com os mais altos interesses da nacionalidade.

---

<sup>7</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. p.140.

<sup>8</sup> Amaral vai dizer que, "a economia brasileira evoluiu para atividades mais complexas com o surto de uma indústria mecanofatureira, da qual somente um ramo, a fiação e tecelagem de algodão, atingiu desenvolvimento tal, que veio a ocupar na produção nacional lugar somente excedido pelo vulto do café". O Brasil na Crise Atual. pp. 141/142.

A superação do padrão cultural vigente no Império, de acordo com Amaral, já representa um ativo a ser atribuído à primeira República, cuja obra educativa mudou o rumo da orientação intelectual das elites, integrando suas tendências nas grandes correntes do pensamento científico e dos métodos técnicos. O beletismo superficial e as expressões de verbalismo retórico que foram a herança de tradições formadas na universidade metropolitana podiam ser considerados como vícios do passado<sup>9</sup>.

Em contraste com esse avanços havidos na esfera econômica, social e cultural, entretanto, declinou o nível político da nação. A explicação para isso será encontrada em questões relativas à eugenia, presentes em quase toda a obra de Amaral<sup>10</sup>. Segundo ele, que parte das considerações presentes no trabalho de Gilberto Freire, "Casa Grande & Senzala", duas

---

<sup>9</sup> Conforme Amaral, "a princípio no campo da ciência biológica e finalmente no próprio domínio dos estudos sociais, os homens novos revelaram na compreensão dos problemas e nos métodos aplicados à sua solução indícios inequívocos de que se operara uma metamorfose, libertando o espírito brasileiro da atmosfera do beletismo da era monárquica". O Brasil na Crise Atual, p. 144.

<sup>10</sup> Em 1929, Azevedo Amaral apresenta a tese "O Problema Eugênico da Imigração", durante o primeiro Congresso de Eugenia do Rio de Janeiro. Esse fato, serve para demonstrar a importância que o tema racial tem na obra do autor, encaixando-se perfeitamente na análise que Renato Ortiz faz do pensamento brasileiro, precursor das ciências sociais nacionais, que se forma pela absorção de teorias elaboradas na Europa e as completa com os parâmetros de meio e raça para exprimir o específico brasileiro. Conforme Renato Ortiz, Cultura Brasileira & Identidade Nacional, SP, Ed. Brasiliense, 1994.

correntes coexistem na formação nacional: uma caracterizada pelo espírito nômade, cujo pólo característico é São Paulo; e outra marcada pelo espírito sedentário, presente nos elementos no nordeste. A primeira é responsável pela criação do progresso econômico e pelo estímulo das atividades culturais dependentes da riqueza material das sociedades. A segunda, por sua vez, tem como característica a organização da disciplina social e política, gerando os elementos dotados de temperamento mais apto ao exercício das funções políticas e à direção do Estado. É a evolução econômica, transferindo o domínio de um grupo social para outro, que marca o declínio político<sup>11</sup>.

Paralelamente à expansão econômica e ao progresso cultural e científico aliados à produção,

---

<sup>11</sup> Amaral dirá que, "enquanto a riqueza nacional foi preponderantemente representada pela lavoura da cana de açúcar, que tinha a sua área principal de atividade estendida pela região nordestina -de Pernambuco ao Recôncavo baiano- e mais ao sul na província do Rio de Janeiro, a coincidência constante do poder econômico com a força política deu o monopólio da direção do Estado aos homens portadores do passado hereditário dos sedentários agrícolas daquelas zonas e formados eles mesmos quase sempre no ambiente que lhes accentuava os caracteres herdados. Iniciada a era do café e deslocado para São Paulo o eixo da economia nacional, o poder político gravitou, como fatalmente tinha de acontecer, das mãos da oligarquia de sedentários para gente nova, em que preponderavam as características daquele grande espírito de mobilidade, que propulsionou as bandeiras no mais grandioso episódio nômade da América e cuja genesis biológica Gilberto Freire atribui agora com muita razão ao volume de sangue semítico na população que se formou na capitania vicentina e depois na província em que ela se converteu". O Brasil na Crise Atual, p.152.

decorrentes da ascendência do sul sobre as oligarquias nordestinas, ocorre o rebaixamento do nível político da nação. Essa inferioridade, porém, deriva não só do fato de o Estado passar a ser conduzido por elementos intrinsecamente inferiores e inexperientes, mas também em função da adoção do regime federalista pela República, contraposto à centralização imperial. De fato, argumenta Amaral, com a concessão de autonomia às províncias para a realização de negócios regionais, abriu-se uma nova possibilidade de carreira pública às elites, que antes se concentravam exclusivamente no cenário nacional. Dessa forma, foram aumentando os exemplos de homens de projeção, cujas atividades se exerciam exclusivamente no círculo da vida estadual, prejudicando a política nacional, pelo desfalque dos valores capazes de aumentar-lhe o prestígio.

Admitido o rebaixamento do nível político da nação, não se aceita a tese do desvirtuamento das instituições como causa do fracasso do regime da primeira República. Para Amaral, os baixos resultados obtidos pelo sistema representativo dependente do sufrágio entre nós, decorriam não dos homens, mas da adaptação artificial e forçada deste às condições do Brasil. Segundo ele, "em um país de vastíssimo território, com uma população



extremamente diluída e incapaz também na sua enorme maioria de formar idéia mesmo confusa dos problemas nacionais, é evidente que o método representativo baseado no sufrágio promiscuo teria de dar forçosamente os mais caóticos resultados, ainda quando o analfabetismo não constituísse obstáculo irremovível ao pronunciamento de esmagadora maioria de cidadãos" <sup>12</sup>.

Azevedo Amaral prende-se a um certo determinismo geográfico, como era comum à sua época, para defender que as instituições não se corrompem pela ação dos homens, mas sofrem a reação do meio, que acaba vencendo os esforços dos que insistem em encobrir com teorias e doutrinas importadas os fatos concretos. Sua análise, impõe a necessidade de alternativas capazes de exprimir a realidade preexistente no organismo social da nação. Neste sentido, saúda Lênin e Mussolini, por considerar que ambos obtiveram eficácia no estabelecimento de métodos de representação capazes de harmonizar a vontade coletiva com o exercício do poder. Em comentário acerca da atuação do ditador latino, fica clara a opção pelo corporativismo: "por meio da representação direta dos interesses dos grupos econômicos e profissionais, o reformador italiano, que

---

<sup>12</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. p.158.

bem compreende a impossibilidade de governar-se indefinidamente sem o apoio da opinião pública, realizou a imprescindível correspondência entre a vontade geral e os órgãos de sua expressão no aparelho do Estado"<sup>13</sup>.

O sistema desqualificado sob o rótulo pejorativo de "sufrágio promiscuo", deve ser substituído por uma organização em conformidade com as realidades preexistentes na sociedade. Para Amaral, a representação de classes seria a única capaz de estabelecer um sistema representativo verídico no Brasil. Pela manifestação dos grupos econômicos, receitava, poderia se produzir uma representação quase autêntica da vontade geral, numa situação marcada pela impossibilidade do transplante institucional.

Essa impossibilidade de imitação das instituições criadas pelo gênio político da Europa, não obstante o Brasil ser um país relativamente ocidental, prende-se a dois fatos, relativos à inconclusão e à peculiaridade da nação brasileira. De acordo com Amaral, "somos certamente um povo e chegamos mesmo a constituir uma nação, mas estamos longe de formarmos uma verdadeira nacionalidade. Bastaria a circunstância de

---

<sup>13</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. p.159.

estarmos atravessando uma fase de organização da personalidade nacional, já ultrapassada pelas nações a que vamos pedir modelos políticos, para que se reconhecesse o absurdo e a inviabilidade de semelhante situação. Mas além disso, o nosso caso apresenta traços tão peculiares sob os pontos de vista geográfico, histórico, étnico e cultural, que uma ligeira análise do problema brasileiro demonstra a insensatez de tudo que estamos fazendo há mais de um século, para forçarmos no corpo ainda informe da nacionalidade vestuários talhados pelos alfaiates políticos do Velho Mundo"<sup>14</sup>.

Essa antinomia da organização política com a realidade brasileira origina-se num mal crônico, manifesto já no período colonial: a diferença de nível existente entre a minoria educada e a massa da população. Tal desproporção, agravada pela erudição livresca, atrofiou na classe culta a faculdade de pensar e a capacidade de observar. Pouco a pouco, perdeu-se o contato com a realidade e criou-se um mundo de ficção, próximo dos mitos das grandes civilizações.

Graças à intuição política que, de acordo com Amaral, guia os homens desde os tempos imemoriais, é

<sup>14</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. pp.161/162.

que o povo foi sensível à campanha oposicionista na primeira República, dando acolhida ao movimento de outubro<sup>15</sup>. Mas esse instinto social, que determinou a formação de uma verdadeira consciência nacional favorável à revolução, pela necessidade de corrigir o curso da evolução histórica, desviado de sua trajetória natural, não foi devidamente aproveitado. Os revolucionários, tão logo atingiram os seus objetivos, trataram de adormecer as massas, arriscando perder a oportunidade de criar um ambiente favorável às grandes reformas nacionais.

Amaral vai dizer, que a revolução era um movimento sem espírito nem tendências, os objetivos dos revolucionários eram impedir a posse de Júlio Prestes, candidato oficial e desalojar as oligarquias. "Revolução de quadros e não de estrutura no seu ímpeto originário, o movimento outubrista poderia ter realizado o seu objetivo, sem perturbar a vida nacional com uma crise, cujo mal tem consistido em tornar-se crônica, quando o traço necessário às crises

---

<sup>15</sup> "Esse povo que não pode ler as constituições que para ele preparam os seus sábios e magos, tem uma faculdade mais antiga e mais profunda que o conhecimento do alfabeto. É o instinto social...". E o êxito do movimento revolucionário prende-se ao fato de se ter conseguido "estimular as faculdades intuitivas do povo, levando-o a uma espécie de visão direta das incongruências da nossa situação política. Foi assim que se criou um verdadeiro misticismo revolucionário, vitalizado desde 1922 pela audácia e tenacidade de um grupo de homens de ação". O Brasil na Crise Atual. p.164.

para que elas sejam salutares é a rapidez da sua duração" <sup>16</sup>.

O ciclo de preparação revolucionária, iniciado em 1922, apesar de apresentar uma agitação desorientada, guardava em sua natureza mais profunda diretrizes traçadas por um ímpeto de renovação, a reclamar a transformação completa da organização do Brasil <sup>17</sup>. Esse é o caráter mais elementar do surto revolucionário, que faz do país uma exceção à regra que norteia as revoluções, as quais, de acordo com Amaral sempre se originam em pequenas minorias de elite, que educam, organizam e impulsionam as massas para a realização dos seus objetivos.

A revolução de 1930 foi marcada pela ausência daquela preparação espiritual, tendo nela prevalecido um caráter acentuadamente instintivo <sup>18</sup>, sendo que a corrente que se tornou o centro da agitação revolucionária não tinha um sentido ideológico, refletindo muito mais um puro antagonismo aos detentores do poder, contra os quais desaguavam os

<sup>16</sup> Azevedo Amaral. O Brasil na Crise Atual. p.168.

<sup>17</sup> Azevedo Amaral. Ensaios Brasileiros, RJ, Omega e Barreto, 1930.

<sup>18</sup> De acordo com Amaral, "as primeiras iniciativas precipitadoras da onda revolucionária partiram de homens moços, na sua maioria militares, mais identificados com a ação material e com as expressões da energia do que com a meditação serena e a análise intelectual dos problemas políticos e sociais". O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, RJ, Livraria José olympio Editora, 1938. p.76.

descontentamentos da nação. Para Amaral, isso implicava em graves problemas, uma vez que "a ausência de qualquer programa construtivo tornava a corrente revolucionária não apenas desorientada no prosseguimento dos seus objetivos, como também a predispunha a absorver todas as idéias políticas ou de outro gênero, que sobre ela pudessem exercer alguma influência"<sup>19</sup>.

A desorientação quanto aos objetivos e a receptividade às influências exóticas dramatizavam o momento revolucionário. As condições surgidas no pós-guerra, mais a eclosão da crise mundial de 1929, impuseram aos problemas políticos um sentido peculiar, definido pela repercussão crescente dos fatores econômicos. Tornava-se evidente que para uma revolução manter-se nesta nova conjuntura, além da renovação política, ela tinha de impor também transformações econômicas e sociais. Neste sentido, as revoluções italiana e russa eram exemplos concretos a demonstrar, para Amaral, a "impossibilidade de revoluções meramente políticas na época atual"<sup>20</sup>.

.....

---

<sup>19</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 77.

<sup>20</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 78.

## **A falência do Estado político e a ameaça à unidade nacional**

Em "A Aventura Política do Brasil", livro publicado em 1935, Amaral qualifica o episódio revolucionário como o movimento que decretou a falência do Estado político no país, sendo este entendido como uma anomalia resultante da adoção de modelos exóticos que alteraram o rumo normal da evolução brasileira. Para ele, este rumo precipitou a ser reatado durante o ciclo republicano, que resgatou o sentido econômico da evolução nacional. Porém, a primeira República não pode completar a sua obra, pois manteve o caráter político do Estado, em aberta contradição com as diretrizes do desenvolvimento. Acontece, que a República não conseguiu organizar um tipo de Estado capaz de promover a expansão das energias nacionais no sentido de uma economia mais adiantada e complexa porque nela predominou uma corrente econômica isolada.

Os interesses da lavoura cafeeira de São Paulo foram o fator determinante na eclosão da máquina política do Império. Antes, já haviam desempenhado papel fundamental na abolição da escravatura. Assim, era natural que São Paulo predominasse. Era a ascendência inevitável da economia paulista, mais

desenvolvida, sobre a pobreza da maioria das unidades nacionais, presas à economias atrasadas, conclui Amaral.

Mas o predomínio de São Paulo não implicava no fortalecimento das tendências industrialistas, que desde meados do século XIX se traduziram em republicanismo político. "São Paulo, até o momento em que seu parque industrial atingiu o nível no qual se tornou uma força econômica suficientemente desenvolvida para traduzir-se em projeções sociais e políticas, era pura e simplesmente o café. E a ascendência das indústrias só ocorreu ali mais ou menos por volta da grande guerra européia. Até então, o café imperava incontestemente. As outras lavouras que se iam desenvolvendo, apesar da massa crescente de sua produção, estavam limitadas pela posição desta que consistia em artigos pobres, cuja significação econômica tinha de ser naturalmente subalterna. E o café, que era a então a expressão do potencial de São Paulo, constituía também a base de riqueza, sobre a qual se mantinha o Brasil"<sup>21</sup>. Estas condições, atrelavam a política econômica da nação aos interesses cafeeiros.

---

<sup>21</sup> Azevedo Amaral. A Aventura Política do Brasil, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1935. pp.224/225.



De acordo com Amaral, a evolução da economia mundial afetou o café de forma catastrófica, logo após a proclamação da República, marcando o início de sua crise num momento em que a política nacional tornava-se meramente um aparelho de defesa do produto. O Estado, que se assentava sobre aquela base econômica, é obrigado a intervir para evitar o colapso da economia brasileira e sua própria insolvência enquanto organização política. Com o Convênio de Taubaté, celebrado em 1906, inicia-se uma etapa de intervenção do poder público em defesa daquele produto agrícola.

Interessa ressaltar, que as medidas progressivamente tomadas em defesa do café não conseguiram restituir-lhe a antiga posição, sendo que sua crise marca o início do surto revolucionário, culminado com a vitória do movimento de outubro<sup>22</sup>. O abalo econômico mundial de 1929, com seus reflexos no rebaixamento dos preços do café foi, para Amaral, a causa determinante da revolução de 1930, subvertendo bruscamente o país, que viu falir

<sup>22</sup> Para Amaral, "o insucesso relativo das valorizações e a demonstração gradual de que os expedientes desse gênero não conduziam a uma solução capaz de assegurar prosperidade estável à lavoura do café, foram os fatores econômicos de um mal estar, que pouco a pouco se foi acentuando em todo o país e afinal mesmo em São Paulo, gerando forças de descontentamento que, dada a fisionomia preponderantemente política do Estado, tinham de traduzir-se em manifestações de oposição às situações dominantes e enfim em agitação revolucionária". Azevedo Amaral. A Aventura Política do Brasil. p.226.

definitivamente o Estado político, matido a quase três séculos a custa de acomodações com o sentido histórico da nacionalidade. Porém, essa falência não foi seguida por uma obra verdadeira de reconstrução das instituições.

Reafirmando o caráter de irreabilidade da organização política prevaescente durante a primeira República, em "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional", Amaral estabelece uma analogia entre os movimentos que impuseram a instauração e a derrubada da ordem republicana, em 1889 e 1930. As semelhanças estariam no caráter dramático dos acontecimentos e no papel decisivo desempenhado pelos militares<sup>23</sup>. Contam também os fatores econômicos, presentes nos dois movimentos, como determinantes do colapso das instituições.

Em 1889, os fatores econômicos foram determinantes na destruição do regime imperial, que teria subsistido, acredita Amaral, se enfrentasse apenas a manifestação política e ideológica da

---

<sup>23</sup> "A derrocada da primeira República não ocorreu em circunstâncias muito diferentes das que haviam caracterizado o seu nascimento. Saída de uma quartelada a que o povo, na linguagem pitoresca de um dos protagonistas do drama, assistira bestializado, a ordem política instituída em 1889 ruiu em outubro de 1930, menos sob a pressão do movimento insurrecional deflagrado em vários pontos do país que do efeito imediato do levante de tropas na capital da República". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. pp.87/88.

oposição. Semelhante situação ocorreu em 1930, porém os elementos em jogo na deflagração da crise revolucionária eram mais complexos, podendo-se destacar três correntes com atuação no movimento de outubro: uma onda de oposicionismo indefinido, as forças políticas descontentes com a sucessão e o elemento econômico dinamizado pela crise política. Quanto à primeira, era animada pela idéia de que a salvação nacional exigia a transformação da ordem política; a esta se juntaram, em 1929, forças políticas situacionistas que não aceitaram o encaminhamento dado à sucessão de Washington Luis. Diferenciando o movimento em questão daqueles que o precederam em outras campanhas de sucessão na República, aparece a crise econômica<sup>24</sup>.

A crise do café, reafirmando o que já dissemos, é para Amaral o elemento fundamental para a ação revolucionária, sem o qual as forças que compunham a Aliança Liberal não teriam conseguido passar do estágio da efervescência política, tendo destino talvez semelhante a agitações anteriores, ocorridas em torno das campanhas de sucessão. Dessa forma, ainda que

---

<sup>24</sup> Amaral vai dizer que, "a agitação suscitada pela sucessão do sr. Washington Luis coincidiu com a queda catastrófica dos preços do café e, desde logo, se patentearam indícios inconfundíveis do inevitável colapso da política monetária que se tornara a finalidade precípua do quadriênio a expirar". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p.90.

houvesse na sociedade brasileira um ambiente de crise revolucionária, os elementos que a impulsionavam estavam longe de representar núcleos de força capazes de deflagrar uma revolução. "Foram os fatores econômicos que tornaram possível o colapso do regime" <sup>25</sup>.

Um fato novo surgido na crise de 1929 em torno da sucessão presidencial implicava em grave risco à nação, ameaçando a sua coesão política. E foram novamente os fatores econômicos que tiveram primazia, atenuando seus efeitos nefastos. Como explica Amaral, a campanha levada a efeito pela Aliança Liberal diferenciou-se profundamente dos movimentos que a precederam. O confronto entre os partidários das candidaturas de Júlio Prestes e Getúlio Vargas acentuava correntes regionalistas que se vinham formando desde 1891, pelos efeitos do federalismo imposto pela Constituição.

A Aliança Liberal, embora apresentasse uma composição que tornava difícil precisar quais as idéias que a orientavam, tinha, segundo Amaral, um traço característico predominante. Este, se constituía no fato de ser aquela organização basicamente uma

---

<sup>25</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p.91.

coligação de três Estados contra o candidato oficial do governo da União e que, também, é o candidato do Estado de maior potencial econômico. Esta circunstância tornava-se ameaçadora à integridade nacional, uma vez que a coligação não descartava a eventualidade de uma guerra civil, capaz de gerar acontecimentos secessionistas, para atingir os seus objetivos.

A crise que abalou a lavoura cafeeira, entretanto, serviu para atenuar a ameaça de fragmentação, pelos efeitos que teve na coesão política de São Paulo. Surgiu ali um núcleo de oposição, organizado no Partido Democrático, que ao se identificar com as posições da Aliança Liberal, contribuiu para retirar do movimento o caráter de luta entre Estados. Além disso, facilitou o sucesso do golpe contra a situação. Formaram-se assim, as condições propícias à ação revolucionária, sem que fosse preciso recorrer à violência desmedida. Conforme constata Amaral, "a deposição do sr. Washington Luis foi apenas o funeral militar de

um regime que entrara em decomposição antes de morrer..." 26.

---

<sup>26</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.97.

## Revolução e ditadura civil

Em "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional", Azevedo Amaral afirma que a vitória da revolução foi desprovida de finalidade, sendo que a facilidade para a conquista do poder não serviu para que os revolucionários de 1930 iniciassem uma obra de reconstrução nacional. Para ele, a positividade do momento, representada pela ausência de inimigos ao novo regime, foi desprezada por aqueles que venceram em outubro. Assim, o que se constituiria num ambiente propício à tarefa construtiva do movimento revolucionário perdeu-se graças às próprias características deste mesmo movimento, marcado pela ausência de objetivos renovadores<sup>1</sup>.

A ausência de rumos, que inviabilizava a obra renovadora da revolução, decorria, para Amaral, de dois motivos básicos: das causas complexas que determinaram o movimento de outubro e da heterogeneidade dos seus componentes. As causas complexas aludem aos fatores econômicos da crise da primeira República, mais os fatos decorrentes da

---

<sup>1</sup> Conforme Amaral, "a revolução afortunada, a quem seus próprios inimigos haviam dado de mão beijada a vitória, achava-se entrincheirada no poder e descobria agora que o seu ímpeto irresistível não tivera outra finalidade além da conquista pura e simples do governo da Nação". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.101.

inadequação da estrutura política prevista na Carta de 1891 à realidade na nação. A heterogeneidade dos revolucionários atende à apreciação de que os que venceram em outubro, segundo o autor, formavam um verdadeiro "mosaico de descontentamentos"<sup>2</sup>, que desaguava, inevitavelmente, num caos de idéias e tendências em conflito. Neste contexto, complicava-se a ação reconstutora, desapontando o chefe revolucionário<sup>3</sup>.

A revolução pecava pelo excesso de revolucionários e pela congestão de idéias, ficando como que imobilizada a espera dos rumos que deveria seguir. Num ambiente marcado pela confusão e entrelaço de objetivos muitas vezes irreconciliáveis, será a ação de uma verdadeira liderança, dotada de características psíquicas especiais e portadora de amplos poderes quanto à condução da nação, que não deixará que se percam as possibilidades renovadoras demarcadas pelo movimento de outubro.

---

<sup>2</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.101.

<sup>3</sup> Amaral vai dizer que, "em novembro de 1930, o chefe civil da revolução, investido dos mais amplos poderes discricionários que já foram confiados a um brasileiro através de toda a nossa história, se porventura pensou logo em encetar uma obra reconstutora, deve ter chegado sem demora ao melancólico desapontamento dos arquitetos babilônicos". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.102.



Em meio à confusão pós-revolucionária, onde se digladiavam liberais adeptos dos postulados individualistas do século XIX, comunistas empolgados pelo sucesso da revolução russa, facistas, retrógrados que ansiavam por um Estado totalitário, entre outros indivíduos crédulos nas orientações das mais variadas doutrinas em voga no mundo de então, destaca-se a ação pessoal do líder civil da revolução, representando um fato verdadeiramente novo na evolução brasileira, marcando o caráter nacional do movimento de outubro. A ditadura, surgida na lógica dos acontecimentos revolucionários, exerceu atribuições sem paralelo na história do país, onde representou a supremacia do poder civil. Dessa forma, dirá Amaral, "o Brasil realizou o que não tinha precedentes na história da América Latina, demonstrando ao mesmo tempo como por entre as incertezas e a apatia cívica dos primeiros quatro decênios de democracia republicana se havia desenvolvido e robustecido na consciência nacional o traço que mais fortemente individualiza o gênio político do povo brasileiro"<sup>4</sup>.

A ditadura civil, que Amaral considera como decorrência positiva do episódio revolucionário, representando o gênio político do brasileiro, não

<sup>4</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional. p.19.

tornava menos dramático o exercício do poder para o ditador. Em meio à confusão de idéias, este achava-se praticamente isolado com as enormes responsabilidades de encetar a reconstrução nacional. Assim, a impressão de um cunho personalista à obra renovadora surge como inevitável, encaixando-se numa tendência geral de sua reabilitação nos países mais avançados<sup>5</sup>. A ação pessoal de Getúlio surge como necessidade imposta pelas circunstâncias do momento brasileiro, ao mesmo tempo em que está condicionada às aspirações populares por mudanças e inserida num contexto mundial propício à ação de verdadeiros líderes.

É a partir da circunstância que propicia e reclama, simultaneamente, a ação do ditador, que Amaral vai qualificar a renovação efetivamente havida na vida política, econômica e social brasileira desde 1930. Para isso, ele determina as dificuldades que se impunham para, depois, explicar os motivos do êxito

---

<sup>5</sup> "Longe de avançarmos no sentido de um impersonalismo, cujo epílogo lógico seria reduzir os chefes e os expoentes das correntes políticas a simples realizadores da vontade dos grupos a cuja frente se acham, observamos com frequência cada vez maior e em circunstâncias as mais impressionantes que o valor abstrato das doutrinas, das ideologias e dos programas tende a personificar-se nas aptidões de direção, na capacidade executiva e nos traços peculiares da mentalidade de um homem(...). Não há hoje nenhuma nação cujos destinos deixem de estar condicionados à influência de personalidades colocados em relação às correntes dominantes da opinião pública na posição a que acabamos de aludir". Azevedo Amaral. Renovação Nacional. pp.20/21.

renovador. A ausência de um rumo para a revolução surge como o principal problema enfrentado e solucionado graças à ação pessoal de Getúlio. Este, enfrentando a anarquia de idéias encaminha a obra renovadora evitando o fracasso e o caos político. Seu êxito, efetivamente conquistado, deveu-se a dois fatores: as qualidades do seu temperamento e a sua afinidade com o sentimento nacional.

Com a criação de dois ministérios, do Trabalho e da Educação, logo no início do exercício do poder discricionário, Getúlio inicia uma série de inovações, cujo benefício principal é marcar a passagem da ambiência pré-revolucionária para o momento específico da reconstrução. Dessa forma, ele impede que se perca a virtualidade revolucionária para o levantamento da obra de renovação nacional.

Associando ao seu projeto renovador um cunho de brasilidade, Getúlio Vargas afastou a nação dos exotismos que teriam representado uma ameaça à obra pós-revolucionária. De acordo com Amaral, "apoiando-se em um forte sentimento brasileiro, que parece ser um dos traços mais acentuados da sua personalidade, o Chefe do Governo Provisório conseguiu impedir que na massa plástica da nação, abalada pelo traumatismo revolucionário se enxertassem, em detrimento das

nossas tendências próprias, elementos estranhos, que viriam a ser fatalmente germens de decomposição do organismo nacional"<sup>6</sup>.

.....

### **Causas do êxito do estadista**

Em "Getúlio Vargas Estadista", Azevedo Amaral vai desenvolver sua interpretação sobre as causas do êxito da ação de Getúlio na condução do país no período pós-revolucionário. Ali, ele argumenta que são certas características de mentalidade e temperamento que fazem do chefe da revolução um verdadeiro estadista, encarregado pelo destino da tarefa de conduzir a nação em meio à crise que lhe alterou os rumos da evolução. Assim, seriam certos atributos inerentes à personalidade de Getúlio que garantiriam o sucesso de sua ação política e administrativa, tais como: o "instinto da ordem", o "gênio político" e a preservação da "idéia nacional". Estes, só se manifestaram porque o momento histórico lhes foi propício, pois os períodos de estabilidade de uma sociedade lhes impedem a eclosão.

Para Amaral, haveria dois tipos de duração histórica que determinariam o aparecimento de grandes

---

<sup>6</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional. p.25.

figuras humanas: os períodos pacíficos e os períodos marcados por crises de mutação. Nos primeiros, a ausência de acontecimentos violentos, capazes de alterar os rumos da evolução histórica, implicariam numa espécie de hibernação da sociedade, onde não se formariam as condições para o aparecimento de grandes líderes nos campos social e político. Já nas crises de mutação, onde se encadeiam episódios que agitam a sociedade com maior ou menor intensidade e geram uma atmosfera de intranquilidade, o ambiente é propício ao surgimento de personalidades marcantes, capazes de influenciar os acontecimentos e determinar pela sua vontade o rumo das nações.

Foi preciso que o Brasil atravessasse uma grande crise de mutação, da qual a expressão foi a revolução de 1930, para que pudessem se exprimir as aptidões especiais de Getúlio, conduzindo a transição no desenvolvimento histórico nacional entre uma civilização que declina e se dissolve e outra que surge em novas configurações políticas, sociais e econômicas. E mais, foi preciso a eclosão do movimento de outubro, de acordo com Amaral, para que surgisse o primeiro grande estadista brasileiro, pois a adoção do modelo político liberal pelo Império e, depois, pela República velha, era um fator a mais a impedir a emergência de grandes homens públicos,

que, para não sucumbirem, conformaram-se a uma orientação em desacordo com a realidade do país.

A ambiência revolucionária, conforme explica Amaral, propiciou a manifestação do grande estadista e sua identificação com a obra de construção do novo Brasil. Isso porque, os fatos o levaram a desempenhar um papel de primeiro plano, o qual ele abraçou sem ter a necessidade de perseguir. Afinal, continua Amaral, há um destino histórico irresistível, "que lança nos ombros dos protagonistas de decisivas mutações históricas a missão revolucionária e criadora que os deve imortalizar"<sup>7</sup>.

Getúlio Vargas, para Amaral, não manifestou em momento algum da sua existência anterior aos acontecimentos revolucionários a intenção de assumir a posição que veio a ocupar como chefe do governo discricionário. Nem é provável que ele tenha calculado a dimensão da tarefa histórica que lhe coube posteriormente ao assumir o poder<sup>8</sup>. Exaltado como o

---

<sup>7</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. RJ, Irmãos Pongetti, 1941. p.32.

<sup>8</sup> "Pode-se dizer que Getúlio Vargas veio a concentrar em suas mãos uma autoridade e uma força política, que antes dele nenhum brasileiro possuía, porque a sua consciência de patriota e de homem de bem o forçou a compreender que, se não se tornasse o árbitro dos destinos do país, realizando uma obra de salvação nacional que urgentemente se impunha, teria cometido um ato de traição histórica e seria um desertor do posto que providencialmente lhe fora designado". Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.34.

"estadista mais completo que surgiu no Brasil", Getúlio seria "um expoente inconfundível do espírito de brasilidade", ao mesmo tempo em que apresentaria nos seus atos de governo traços diferenciados do psiquismo comum do brasileiro, o que explicaria o sucesso da obra renovadora.

Para Amaral, há uma distinção natural entre o dirigente e a massa que ele guia, sendo que somente consegue governar aquele que possui qualidades superiores aos demais governados. Dessa forma, o exercício do poder nunca pode se reduzir à mera delegação. O segredo do estadista, portanto, estaria em estabelecer "uma espécie de *modus vivendi* entre o seu pensamento e os seus desejos e as tendências da coletividade, de modo que esta se encaminhe no sentido por ele desejado, sem excessivo constrangimento e identificando-se tanto com a idéia do governante, que acaba por julgá-la originada na sua própria consciência coletiva"<sup>9</sup>.

Getúlio seria então, uma personalidade diferente do padrão médio da psicologia nacional, que não obstante essa característica diferenciada, conseguiu harmonizar os seus desígnios com a índole coletiva da nação, de modo que, no exercício do poder, esta não se

<sup>9</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.39.

sentisse conduzida em contradição com suas tendências. Isso foi possível, porque o chefe do governo, de acordo com Amaral, soube realizar as reformas demonstrando uma sutil delicadeza na aplicação da força, característica que lhe foi legada por qualidades morais e benignidade de sentimentos.

O profundo sentimento de brasilidade, aliado às características especiais de personalidade, fizeram de Getúlio um excepcional estadista, dotado de um abrangente conhecimento das questões nacionais. "Onerado pelo destino com o pesado fardo da reforma da nacionalidade e da orientação de seu futuro"<sup>10</sup>, segundo Amaral, ele impressiona por ser animado de um ardente patriotismo e guiado por uma grande intuição política, que lhe permitem levar a bom termo a sua obra.

.....

### **Os atributos especiais da personalidade do estadista**

O atributo da personalidade de Getúlio, que Azevedo Amaral qualifica como o "instinto da ordem", seria a condição básica para o êxito da obra renovadora do chefe do governo discricionário. A idéia

<sup>10</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.43.



de ordem, antes de ser o resultado de um aprendizado intelectual é, para o autor, resultante de um peculiar estado de espirito de natureza fisiológica. Assim, uns a possuiriam e outros não. Isso define a natureza essencial dos verdadeiros políticos que, como os artistas, tem a sua sensibilidade derivada de traços bio-psíquicos peculiares<sup>11</sup>.

Esse sentimento especial que possuem os verdadeiros políticos, qualificado como "instinto da ordem", pode ser definido com um aspecto do funcionamento dos órgãos de apreensão sensorial e de outras peculiaridades do sistema nervoso, que fazem do estadista um homem que sente-se desconfortável ante a desordem. Explica-se dessa forma, a incompatibilidade entre este e os agitadores, emprestando-lhe a pecha de conservador.

Segundo Amaral, quem não possui o "instinto da ordem" não pode tornar-se um chefe revolucionário, pois será incapaz de preservar a hierarquia orgânica da sociedade e a subordinação disciplinada de todos os valores sociais na edificação da obra da renovação,

---

<sup>11</sup> Amaral adverte que, "sem o instinto da ordem, o político fica automaticamente inabilitado para elevar-se ao plano superior da atividade pública e acaba inevitavelmente resvalando para a vala comum, em que se agitam os demagogos sem orientação e os agitadores incuráveis". Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.50.

permitindo que se estabeleça uma ameaça à integridade na nacionalidade. Pare ele, a renovação é um fenômeno que se define como reação à anarquia e em reafirmação da ordem em linhas consentâneas com a realidade. Nestes termos, "o instinto da ordem, tão acentuado no chefe da revolução de 1930, contraditava a tendência à confusão dos valores políticos e sociais, que no decurso da primeira República chegara ao ponto de estabelecer formas bem apreciáveis de um estado de desordem crônica"<sup>12</sup>. Assim, Getúlio conseguiu enfrentar os dois principais problemas com o quais se viu defrontado -a ataxia do poder público e o divórcio deste com a nação-, conduzindo uma revolução conservadora que alterou profundamente a ordem republicana sem contraditar as tendências mais profundas da brasilidade.

Num contexto de crise econômica, agravada pela impotência do poder público quanto à definição de medidas de salvação, onde se acumulavam ideologias exóticas de vários matizes, destacou-se a figura de Getúlio Vargas, transformando o movimento de outubro em uma verdadeira revolução nacional. Desde então, quando o país emerge dos acontecimentos derivados da sucessão presidencial, destaca-se o estadista como principal figura no dinamismo político do Brasil. E

---

<sup>12</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.60.

sua importância foi tanto maior, porque a queda da República velha deixou o país desprovido dos elementos de defesa da sociedade e proteção do Estado, pondo em risco a segurança social e política da nação.

Foi graças ao "instinto da ordem", uma capacidade mais biológica do que política, conforme atesta Amaral, que Getúlio pode garantir o êxito da obra renovadora, impedindo que o país submergisse no caos. Assim, afirmou-se outra característica de sua personalidade: o "gênio político". Este, somente pode se manifestar porque aquele instinto fundamental possibilitava ao chefe da revolução entreter uma serenidade pessoal capaz de garantir-lhe uma clara visão do problema brasileiro, o que foi essencial à ação reformadora.

A idéia de ordem é em Getúlio o elemento poderoso que alavanca o seu "gênio político" singular nos atos de governo do pós-revolução. E este, se revela uma capacidade excepcional, derivada de uma inteligência desenvolvida e apurada no exame e solução dos problemas políticos. Mas, ao contrário do que possa parecer, o "gênio político" surge como uma criação completa e acabada no seu possuidor, que se sente chamado a agir e imprimir a sua orientação aos

fatos. Conforme esclarece Amaral, "a sua força, simultaneamente destruidora e criadora, não procede da cultura ambiente, nem da atmosfera psíquica que o cerca. É uma irradiação que se diria de origem cósmica, uma expressão transcendental de energias sobre-humanas. Daí esse instinto divinatório do gênio para conhecer a sua hora"<sup>13</sup>.

A explicação para a eclosão da personalidade de Getúlio no momento revolucionário se daria, para Amaral, pelas características que são inerentes ao "gênio político", que conhece a sua hora de agir. Portanto, o retraimento pré-revolucionário seria decorrente da inexistência de uma ambiência adequada, pois como ocorria nos países democráticos, no Brasil da primeira República a maquinaria política adotada também constituía um impedimento a ação do estadista. Nestes termos, Getúlio tinha de manter-se retraído. Ademais, agindo assim, demonstrava pudor e respeito pela própria personalidade, à qual o destino reservava um empreendimento de enorme importância para a nação.

O despreendimento dos sistemas ideológicos e o distanciamento dos fanatismos doutrinários são outra característica do "gênio político", o que faz o

---

<sup>13</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. pp.98/99.

estadista mover-se sempre por um estrito senso realístico, emanado de uma mentalidade superior. Dessa forma, sua ação reflete um oportunismo essencialmente benéfico no trato dos problemas que afligem a nação. Daí não se infere, entretanto, que o homem de gênio nutra um desdém absoluto pelas doutrinas e ideologias. Pelo contrário, seu desprendimento permite que ele utilize alguns elementos das escolas políticas do seu tempo sem se escravizar a nenhuma delas, sempre atendendo aos apelos da realidade. Como dirá Amaral, "os grandes condutores de povos não levam roteiros escritos. marcham para o desconhecido em uma grande aventura, na qual só tem por guias o próprio gênio clarividente e a faculdade profética da sua imaginação"<sup>14</sup>.

Nesta aventura dos grandes condutores de povos surge a terceira característica distintiva de Getúlio: a "idéia nacional". Diferindo do simples patriotismo, que pode ser qualificado como uma atitude moral e emotiva comum a todos os indivíduos, esta idéia se traduz numa tendência "à transformação eficaz dos sentimentos e dos pensamentos de amor à pátria, em atos positivos e criadores"<sup>15</sup>. Tanto que ela só é apreendida e assimilada pelos elementos superiores,

---

<sup>14</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.106.

<sup>15</sup> Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. p.151.

capazes de transformar o sentimento nacionalista dos verdadeiros patriotas em uma força espiritual para a realização de um conceito de Estado e para a definição de suas funções quanto à sociedade.

Getúlio se distinguiria então, por possuir essa "idéia nacional" definida, em condições de tornar-se força ativa e criadora. Ainda que a revolução houvesse emergido do nacionalismo latente do povo brasileiro, seu caráter espontâneo só poderia ser corrigido pelo esforço da vontade aliado à inteligência criadora e à ação executiva do estadista, que em meio à confusão do pós-revolução, encarregou-se de reparar os devios e conduzir a nação ao curso natural do seu desenvolvimento.

A "idéia nacional", constituindo uma espécie de sublimação do nacionalismo popular, se enquadraria na tendência universal do pensamento político do pós-guerra, onde os nacionalismos seriam marcados por um dinamismo criador que os diferenciaria das expressões do século XIX, quando, segundo Amaral, esse sentimento possuiria um caráter universalista que tornaria sua manifestação indistinta a cada povo e país<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> "A idéia nacional, como aliás todas as elaborações da cultura do século atual, tem um cunho de objetividade e de precisão, que a individualiza em cada caso particular, como inseparável

Cada nação possuiria uma "idéia nacional" própria, que emergiria da emotividade e do idealismo das massas. Esse nacionalismo, derivado do sentimento da terra e da raça presentes no povo, é que serve ao estadista como matéria prima instintiva, que ele eleva a um nível de intelectualidade para transformar em nítida "idéia nacional" na consecução de sua obra. Toda a ação de Getúlio Vargas se constituiria num desdobramento dessa idéia em concretizações reformadoras.

.....

#### As reformas do pós-revolução

No exercício o poder, logo após os acontecimentos de outubro, Getúlio agiu no sentido de efetuar a transformação política necessária na organização do Brasil. Suas realizações, derivadas de ações concretas, propiciaram uma mudança global da ambiência nacional, impedindo que continuasse a prevalecer um dos mais graves problemas políticos da República velha: a separação entre o povo e o poder.

---

do psiquismo do povo em apreço e da natureza do problema que ele tem a enfrentar. Daí pode-se concluir ser a idéia nacional, em cada caso considerado, uma característica inseparável da personalidade política, moral, cultural e espiritual do povo de que se trata, bem como dos aspectos peculiares que lhe são impostos e dos métodos a que tem de recorrer para solucioná-los". Azevedo Amaral. Getúlio Vargas Estadista. pp.154/155.

Assim, o chefe do governo discricionário realizou uma tarefa de aproximação entre o governo e a nação, construindo uma verdadeira democracia.

A edificação de um regime democrático que unisse governo e nação implicou, segundo Amaral, na introdução de inovações na prática administrativa, com a finalidade de permitir a intervenção das forças de opinião presentes na sociedade na direção dos negócios públicos. Getúlio organizou, então, as comissões técnicas, onde as forças culturais, econômicas e sociais do país colaboravam com administração pública nas tarefas de interesse geral. Dessa forma, os representantes dos interesses particulares e os especialistas passaram a ser ouvidos para a elaboração e imposição de leis que fossem pesar sobre a sociedade, o que representava fato inédito na evolução brasileira. Além disso, foram proporcionadas facilidades à imprensa para o debate dos assuntos nacionais. É evidente, porém, que essa liberdade esbarrava nas conveniências do poder, algo que parece não incomodar o autor.

Essas transformações nas relações entre a opinião pública e a administração do Estado fizeram com que crescesse o grau de consciência cívica do brasileiro, que passou a se interessar vivamente pela marcha dos



negócios públicos. A confirmar esse fato, Amaral cita o aumento da participação eleitoral por ocasião da eleição para a Assembléia Constituinte de 1933, onde não só houve progressos quanto ao alistamento eleitoral, mas também registrou-se uma percentagem maior de sufrágios. Para ele, a orientação dada à política nacional pelo governo discricionário foi a responsável por esse fenômeno, que fez com que, politicamente, o Brasil se tornasse uma nação nova<sup>17</sup>.

As reformas políticas que propiciaram a alteração positiva na vida brasileira constituem-se, basicamente, em duas medidas: a criação da Justiça Eleitoral e a imposição da representação de classes no Parlamento da República. O novo regime político brasileiro encontra aí os seus fundamentos, cujo objetivo é superar os vícios do sistema representativo anterior à 1930, onde predominava a adulteração das instituições e a exclusão permanente das forças econômicas da esfera de influência política, redundando num abismo entre o governo e a nação.

Com a criação da Justiça Eleitoral, Getúlio rompeu com o padrão de reconhecimento dos mandatos pelas assembleias legislativas, o que fazia com que

---

<sup>17</sup> Essa interpretação encontra-se formulada em "Renovação Nacional".

predominassem critérios políticos sobre a observância dos resultados eleitorais. E fez mais, ao confiar aos tribunais e magistrados especiais a direção e a fiscalização de todas as fases do processo eleitoral, garantiu a lisura e a imparcialidade dos pleitos, possibilitando a manifestação verdadeira da opinião pública. O mesmo se deu com o estabelecimento da representação de classes, que vem adequar o Estado brasileiro ao novo conceito de democracia vigente no século XX, onde as atividades essencialmente políticas vão sendo substituídas pela intervenção maciça do poder público em matéria econômica e no reajustamento social.

Garantindo aos empresários, ao operariado sindicalizado e às profissões liberais a representação no Parlamento, Getúlio reajustava a maquinaria estatal para as novas funções que lhe iam sendo impostas com o objetivo de assegurar à sociedade não somente liberdades políticas, mas também a liberdade econômica. Caminhava assim o Estado brasileiro para a mutação em sua estrutura democrática, onde os parlamentos oriundos do sufrágio seriam substituídos por assembleias políticas representativas dos grupos econômicos e intelectuais organizados, onde ao modelo democrático-liberal se oporia o modelo corporativo.

Ao lado das reformas políticas, o governo discricionário adotou medidas administrativas que visavam permitir uma atuação mais eficiente do Estado na economia e no campo social. Com o objetivo de garantir um intervencionismo eficaz, foi incorporado ao aparelho administrativo primeiramente o Ministério do Trabalho, cuja importância, para Amaral, revestiu-se também de características políticas<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo, com a promulgação da legislação social, reajustou-se as relações entre capital e trabalho dentro de critérios jurídicos, capazes de gerar a estabilidade necessária ao desenvolvimento da obra renovadora.

Outro grande passo dentro da reforma administrativa arquitetada durante o governo discricionário, foi a criação do Ministério da Educação. Considerando a precária situação educacional da primeira República, somente a manifestação de interesse oficial pelo tema já seria um avanço, segundo Amaral. Mas a ação daquele Ministério, organizando uma estatística sobre a situação educacional do Brasil representou ativo

---

<sup>18</sup> "Com a criação do Ministério do Trabalho, o novo regime armou o Estado com o aparelho administrativo indispensável ao desempenho de sua função de coordenador das forças patronais e trabalhistas, por forma a permitir o apaziguamento das divergências de interesses e assegurar a atividade eficiente dos dois elementos produtores da prosperidade social". Azevedo Amaral. Renovação Nacional. p.49.

importante para a futura organização de um plano de ensino adaptado à realidade do país.

Outras reformas que mereceram destaque por parte de Amaral foram as atinentes à organização da administração financeira, onde prevaleceu um sentido racionalizador com o objetivo de otimizar as ações do Ministério da Fazenda quanto à arrecadação e fiscalização das rendas públicas. A reorganização do Ministério das Relações Exteriores, visando melhorar a representação do Brasil no exterior, mais a reforma da Polícia do Distrito Federal, ocorrida em 1933, e as modificações impostas ao Ministério da Agricultura, com a organização de estatísticas da produção, e a própria criação do Instituto Nacional de Estatística, são medidas que acentuam um progresso na técnica de governo ocorrido graças à ação do poder discricionário. Paralelamente, concorrendo para garantir o intercâmbio entre o governo e a opinião pública, foi organizado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que utilizando-se da imprensa, do rádio e do cinema, difunde a educação cívica entre as massas, tornando-se um organismo de infiltração cultural ao mesmo tempo em que garante a publicidade do país no exterior produzindo programas radiofônicos difundidos por ondas curtas em sete idiomas.

A renovação política e as reformas administrativas se fizeram acompanhar por uma nova orientação quanto à evolução econômica. As medidas tomadas pelo governo discricionário para proteger a principal forma de produção no Brasil, o café, em crise desde o final do século XIX, mais a renovação operada na indústria usineira e na lavoura da cana, em declínio desde a Independência, não escondem a preocupação de Getúlio em renovar as atividades produtoras com vistas ao desenvolvimento ulterior do país. A preocupação em alterar a política do café, através de atuação do Departamento Nacional do Café -antigo Conselho Nacional- impondo o aperfeiçoamento qualitativo do produto ao invés de preocupar-se meramente em criar procedimentos artificiais de manutenção dos preços e a renovação revolucionária na lavoura da cana e na indústria usineira, garantida pela ação do Instituto do Açúcar e do Alcool, se fizeram acompanhar por uma remodelagem da estrutura econômica com vistas à nova fase da economia mundial.

O Brasil, que até 1930 tinha se preocupado em desenvolver atividades voltadas ao mercado externo, tornando-se um supridor de matérias primas e produtos agrícolas às economias mais complexas, iniciava uma alteração nessa orientação. Sob o governo

discricionário, em meio à modificação do quadro econômico mundial, as atenções do poder público voltam-se para a dinamização do mercado interno como eixo de expansão econômica. A industrialização aparece, então, como saída indispensável para o futuro progresso da nação, num contexto em que os produtos primários nativos encontram concorrência crescente nos mercados dos países possuidores de colônias. Conforme afirma Amaral, "insistindo repetidas vezes sobre o papel do mercado interno no jogo da economia mundial, o Presidente Getúlio Vargas está indicando o novo rumo pelo qual temos de encaminhar a nossa organização econômica, em face dos aspectos que ora se apresentam na vida mundial. E, agindo por essa forma, ao mesmo tempo que promovendo várias medidas tendentes a resolver os problemas de que depende a valorização do mercado interior, o Chefe da Nação tem contribuído eficazmente para que se torne realidade uma renovação integral e de incalculável alcance na orientação das atividades econômicas do Brasil"<sup>19</sup>.

As alterações ocorridas na estrutura da sociedade brasileira, como decorrência da revolução, se fizeram acompanhar por modificações no aspecto social do país. Sem que as medidas do governo discricionário

<sup>19</sup> Azevedo Amaral. Renovação Nacional. p.71.

acarretassem qualquer ruptura violenta na evolução normal da sociedade, ainda assim elas proporcionaram um reajustamento social cujo principal efeito foi a elevação social dos trabalhadores. Graças à legislação social, e também à representação classista no sistema representativo da nação, o operariado teve assegurada, de acordo com Amaral, sua igualdade às classes que monopolizavam a direção política do Brasil. Assim, se completou uma verdadeira mutação no curso da sociedade brasileira, completando os efeitos das renovações da ambiência política, da organização administrativa e das atividades econômicas. Neste processo, a personalidade de Getúlio foi decisiva, garantindo o sentido e o êxito das reformas.

.....

#### **A Constituição de 1934 e a ameaça do retrocesso**

As alterações havidas durante o período do governo discricionário, graças principalmente à ação pessoal de Getúlio, corriam o grave risco de terem o seu potencial mudancista anulado em virtude de fatos vinculados à natureza do regime que foi imposto ao país pela Constituição de 16 de julho de 1934. Ainda que houvessem todas as garantias para o êxito dos trabalhos constituintes da Assembléia de 1933, com a criação da Justiça Eleitoral que proporcionou a lisura

do processo indicativo dos seus membros, dentro dos princípios liberais-democráticos, os resultados alcançados pelo funcionamento daquele corpo político mantiveram a tendência secular de afastamento da realidade brasileira. Nem mesmo a única inovação importante havida nos mecanismos de representação liberais-democráticos, que foi a introdução da representação classista por iniciativa de Getúlio, impediu que o estatuto saído daquela assembléia política constituísse perigosa ameaça à obra de renovação iniciada no momento pós-revolucionário. Conforme denuncia Amaral, "a Constituição elaborada por aquela assembléia não era um estatuto orgânico nacional, mas uma espécie de tratado que abrangia na sua órbita enorme todas as coisas divinas e humanas..."<sup>20</sup>. Dessa forma, o Estado organizado de acordo com seus postulados contraditava as necessidades do Brasil, por tornar-se ineficiente ao desempenho da função econômica, reclamada pelo sentido histórico do desenvolvimento da nação<sup>21</sup>.

Não bastasse a dificuldade imposta à ação estatal com vistas à promoção do desenvolvimento econômico nacional, outros fatos contribuíram para o desprestígio do regime implantado em 1934. Dentre

<sup>20</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 223.

<sup>21</sup> Azevedo Amaral. A Aventura Política do Brasil.



estes, destaca Amaral a inoperância do Estado quanto à defesa da unidade nacional e da sociedade, ameaçadas pela propaganda extremista que se seguiu ao processo Constituinte. De fato, tendo garantido a organização da Assembléia Constituinte de acordo com os mais rígidos modelos liberais-democráticos, de forma que esta representasse, por meio do sufrágio universal e da eleição direta, as tendências da nação expressa por seus cidadãos, talvez se esperasse que os seus resultados viessem a garantir a estabilidade necessária à continuidade da empresa revolucionária, não obstante as condições econômicas e sociais do país fossem pouco propícias a este tipo de acontecimento.

Desde os primeiros meses do governo discricionário, as condições econômicas do país haviam melhorado, sem que se houvesse descuido da proteção do trabalhador, garantida pela legislação social. Inexistiam assim as condições propícias à inquietação social que, em outros países, animam os movimentos extremistas. Entretanto, os núcleos de orientação comunista continuavam a atuar, segundo Amaral, mais como organismos doutrinários propulsionados por jovens intelectuais, sem que representassem ameaça efetiva.

Em 1933, a organização da Ação Integralista Brasileira, sob a direção de Plínio Salgado, trouxe ao país um modo exótico de encarar a questão social. De acordo com Amaral, "querendo criar um estado de pânico que induzisse as classes capitalistas a apoiá-los nas suas pretensões de conquista do poder, os promotores e dirigentes do movimento integralista inventaram perigos imaginários de que, segundo afirmavam, o Brasil só poderia salvar-se pelos processos facistas que preconizavam". Tal propaganda gerou a movimentação das massas trabalhadoras, tornando-as sensíveis à pregação comunista. Estabeleceu-se desta forma a atmosfera de grave ameaça à ordem que o regime de 1934 foi incapaz de erradicar, sendo obrigado a promover alterações de emergência no texto constitucional<sup>22</sup>.

Segundo Amaral, após os episódios subversivos de novembro de 1935, o Poder Legislativo continuou a demonstrar a sua incapacidade enquanto órgão de orientação política, tornando-se um empecilho à ação do Executivo quanto às matérias econômicas e

---

<sup>22</sup> Conforme afirma Amaral, "o Parlamento que assim desfechara sobre as instituições estabelecidas em 1934 um golpe mortal, aliás tornado imperiosamente necessário diante da imprestabilidade das garantias proporcionadas pelo regime vigente para a defesa do Estado e proteção da sociedade, continuou ulteriormente no que se poderia chamar uma política de suicídio". Azevedo Amaral, O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. pp. 124/125.

administrativas. Ineficaz para a garantia da segurança nacional, o Estado instituído pela Constituição de 1934 também era deficiente quanto à garantia do desenvolvimento de que dependia o progresso material do país. O risco de dissolução da segunda República, mantida graças à ação pessoal de Getúlio, era evidente.

Neste ambiente, marcado pelo fracasso do modelo político liberal-democrático, cuja implementação deu-se com todas as garantias possíveis para o seu pleno êxito, encaminha-se a campanha presidencial de 1937. Desta feita, contrariamente à ampla participação havida para a eleição da Assembléia Constituinte de 1933, o momento é de indiferença popular, principalmente porque a segunda República não estava conseguindo realizar a obra construtora da revolução. Amaral vai dizer que, "a incompatibilidade do regime com a realidade nacional era tão evidente que a derrocada das instituições podia ser prevista para o momento, que poderia estar bem próximo de qualquer golpe aventureiro, que já não era aliás matéria de simples conjectura desde que se revelaram os propósitos caudilhescos para a conquista do poder nacional"<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p. 127.

Antes que se instalasse a anarquia, pela derrocada do regime liberal-democrático de 1934 no contexto da campanha de sucessão, Getúlio se antecipou aos fatos e, através de um golpe de Estado, em 10 de novembro, operou uma profunda alteração no desenvolvimento político do país. Com a fundação do Estado Novo, substitui-se o modelo falido vigente até então por uma ordem consonante com as realidades brasileiras, colocando-se a possibilidade de realizar-se uma obra de organização política e econômica racionalmente orientada, como prega Amaral.

## O Estado autoritário e a realidade nacional

Azevedo Amaral saúda o golpe que subverteu a ordem política estabelecida pela Constituição de 1934, dedicando um livro à interpretação do episódio e divulgação da doutrina do novo Estado brasileiro. "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional", publicado no primeiro semestre de 1938, logo após aos acontecimentos que fizeram cessar a campanha pela sucessão presidencial pela imposição da ditadura de Getúlio Vargas, incorpora as elaborações contidas nos trabalhos que o autor vinha desenvolvendo desde 1930, quando da edição dos seus "Ensaio Brasileiro", para afirmar que, finalmente, o rumo da evolução do país estava sendo corrigido em um sentido harmônico às imposições da realidade ambiente. Para ele, o Brasil, apoiando-se no estatuto de 10 de novembro de 1937, daria passos decisivos para se elevar ao patamar das grandes civilizações, o que era seu destino histórico.

A Constituição de 10 de novembro, para Amaral, representaria uma ruptura com um passado de tentativas fracassadas para adaptar às condições nativas leis e instituições inspiradas nas ideologias da moda, mas em pleno desacordo com a realidade. O que deveria ser, pela sucessão distendida no tempo, a terceira Carta Magna do país, corresponderia, na sua

visão, à "primeira Constituição Brasileira", por estar objetivamente calcada nos imperativos da realidade nacional, algo que as anteriores, de 1824, 1891 e 1934, não se preocuparam em observar. Assim, o enaltecimento da obra do legislador constituinte no novo Estado que se organiza faz-se a partir da crítica ao caráter imitativo das leis brasileiras, que limitavam o desenvolvimento da nação com o peso de instituições que lhe eram artificialmente impostas.

Para Amaral, o principal problema com que se debatia o país, e que foi superado graças ao golpe de Estado, seria justamente a contradição entre as instituições artificiais e as peculiaridades nacionais. Num rápido exame, desde a independência teríamos enfrentado tal obstáculo, seja durante a vigência da Constituição de 1824, que visava desenvolver as configurações da democracia liberal nos quadros da monarquia hereditária, como depois, quando do Ato Adicional de 1834, que reformou aquela criando os germens do federalismo político, adotado mais tarde pela Carta de 1891. A tradição integrada na história da evolução nacional, para o autor, não interessava aos elaboradores de leis, que se compraziam em copiar formulações jurídicas de nações mais avançadas na tentativa de, aprioristicamente, definir os caminhos pelos quais teria de conformar-se a evolução

brasileira. Dessa forma, desde o momento inicial da independência política, teríamos sido forçados a conviver com uma situação de abstração e irrealidade, agravada sobremaneira pelo clima de confusão ideológica que cercou o estatuto de 1934, e que foi a marca do movimento pós-revolucionário.

A superação dessa situação prejudicial ao desenvolvimento do Brasil seria o objetivo do golpe que, com a imposição da Constituição de 1937, organizava o Estado sobre novas bases, abandonando preceitos que se imaginavam integrados à tradição brasileira. A substituição do modelo político democrático-liberal, implicava, para Amaral, na mais estrita obediência às características peculiares do país, atendendo também, aos imperativos da nova circunstância mundial, onde eram resgatados por toda a parte as concepções tendentes a elevar o bem comum acima dos interesses individuais. Os exemplos da Itália, Alemanha e Rússia aí estavam para comprovar o novo caminho que os povos estavam buscando na marcha ascensional do desenvolvimento, e eram coadunados pela situação vivida pelos Estados Unidos, com a política do New Deal do presidente Roosevelt.

O Estado Novo, na obra de Amaral, estaria condenado ao sucesso pelo duplo fato de estar

embasado num estatuto legal originado em imperativos da realidade, ao mesmo tempo em que atendia ao espírito do tempo, incorporando com o critério último da brasilidade, inovações que se aplicavam à problemas semelhantes em outras partes do mundo. Sentimento nacional e observância dos critérios da legislação comparada marcariam a Carta política com que o Brasil visava incorporar-se ao mundo moderno, pela elevação da sua civilização e pelo aproveitamento dos recursos naturais que se julgava subaproveitados. A harmonia entre as novas instituições e a sociedade da qual elas promanavam se realizava graças a diretrizes ideológicas claramente definidas, onde o nacionalismo constituiria o núcleo fundamental de irradiação da obra renovadora.

Esse espírito nacionalista, que orientou o legislador na formulação da nova Constituição, entretanto, não garantiu, segundo, Amaral, a plena aceitação da mesma por todos os setores da sociedade. Houveram aqueles que, deixando-se enganar pela observação superficial dos fatos, enxergaram na Carta uma imitação dos preceitos colocados em prática pelos facistas na Itália. E, mesmo internacionalmente, o golpe de Estado repercutiu de forma errônea, como se o Brasil houvesse aderido ao círculo do fascio. Essa conclusão deveu-se principalmente, às circunstâncias



que eclodiram no momento pós-revolucionário de 30, quando uma grande agitação ideológica impediu a formulação clara dos objetivos mudancistas, pelo acirramento dos extremismos com que se visava subverter as instituições republicanas.

A marca maior da agitação de idéias que imprimiram um cunho de provisoriedade à ordem pós-revolucionária de 30 se expressa na Constituição de 1934, onde tão grande era a influência das mais diversas tendências ideológicas que, tal estatuto não conseguiu exprimir um sentido claro à conformação institucional da nacionalidade, impedindo qualquer procedimento político baseado na observação racional dos problemas que afligiam o país. De acordo com Amaral, "para raciocinar politicamente, nas condições impostas ao país pelo regime da Constituição de 1934, era preciso assumir preliminarmente uma atitude anti-constitucional. E como semelhante alvitre repugnava os espíritos conservadores capazes de avaliar as tremendas possibilidades imprevisíveis de qualquer perturbação violenta da ordem constitucional, somente as mentalidades de tipo extremista poderiam idealizar qualquer atitude que se caracterizasse por um sentido doutrinário definido"<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.141.

Naquele ambiente de confusão de idéias e paralisia decisória, o extremismo encontra terreno propício de difusão, investindo contra a precária ordem política na esperança de conquista do poder. Os acontecimentos de novembro de 1935, ainda que tenham sido vencidos pela enérgica repressão do governo, serviram para demonstrar o perigo que representava a pregação comunista, até então restrita aos círculos intelectuais e da juventude, mas agora expandindo-se até o ponto de tornar-se uma ameaça à ordem pública e ao Estado.

Conforme esclarece Amaral, a luta contra o extremismo comunista serviu para alavancar a efervescência facista, que de uma situação de obscuridade alcança grande destaque no cenário político nacional, ao ponto de chegar a se apresentar como uma espécie de partido do governo<sup>2</sup>. Contando com a conivência oficial e fortalecidos com a adesão de elementos da burguesia temerosos de uma insurreição comunista, os facistas, apoiados em ampla

<sup>2</sup> "Dado o perigo imediato concretizado na atividade comunista, o governo, segundo a lógica da situação e em obediência a sentimentos compreensíveis, era naturalmente levado a tolerar e até a animar uma corrente que no momento podia ser aproveitada para defesa do Estado. Essa tolerância do poder público, chegando talvez a tomar a forma concreta de um favoritismo particularmente vantajoso nas circunstâncias anormais em que se achava o país, teve decisiva influência vitalizadora sobre o movimento facista representado pelos integralistas". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.142.

publicidade, criaram a ilusão de que seriam parceiros de Getúlio e responsáveis pelo golpe de Estado de 1937.

A pregação integralista, no dizer de Amaral, serviu para dificultar a compreensão do golpe de Estado, emprestando-lhe um caráter de afinidade com o facismo, no qual aquela se apoiava. Entretanto, entre as instituições autoritárias brasileiras e a ideologia facista não existiria qualquer afinidade, o que era facilmente demonstrável pela comparação dos tipos de Estado elaborados por cada um dos regimes. Apesar de propugnar a associação da noção de autoridade com a idéia de governo como própria ao facismo, a demonstração histórica vai derrubar esta tese do integralismo, servindo para colocar no devido termo a compreensão do autoritarismo brasileiro.

Segundo Amaral, a associação das idéias de governo e autoridade data de tempos imemoriais, sendo o autoritarismo parte integrante da própria essência da organização estatal<sup>3</sup>. Foi a democracia liberal que corrompeu e deturpou o conceito de autoridade, com a

---

<sup>3</sup> "Autoritários em maior ou menor escala são todos os governos e, onde o conceito da autoridade estatal oblitera-se de modo acentuado, a confusão política e a ataxia dos movimentos de administração pública patenteiam-se logo, como sintoma mais ou menos alarmante de uma situação anômala". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.151.

difusão internacional dos postulados da revolução francesa. Mas ainda assim, onde a influência do liberalismo era mais acentuada, a noção de autoridade governamental sobreviveu, impedindo o caos político. Os exemplos promanados da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde se afirmou progressivamente o conceito de autoridade governamental resguardando os mais altos interesses nacionais, servem para demonstrar que a autoridade do governo não é um corolário do facismo. E mais: o recrudescer do autoritarismo em situações democráticas afirma sua incongruência com as formas totalitárias de Estado, nas quais se insere o fenômeno facista.

Realmente, entre Estado autoritário e Estado totalitário, como o de tipo facista, não pode haver nenhuma semelhança, uma vez que este se define não pela extensão do poder estatal, mas pelo caráter compressivo da personalidade humana. De acordo com Amaral, "o Estado totalitário não é, como se poderia julgar a primeira vista, aquele em que a organização estatal abrange na sua esfera de atuação o conjunto da vida coletiva da nação. Semelhante extensão da autoridade estatal torna-se cada vez mais necessária, em face dos imperativos ditados pelas condições econômicas das sociedades contemporâneas. Por outro lado, ela corrensponde também a necessidade de

coordenação espiritual da nação, que se impõe sob a influência do reconhecimento cada vez mais inequívoco do primado das forças morais no jogo do dinamismo coletivo"<sup>4</sup>.

A exigência de um poder estatal extensivo, que marca o surgimento do Estado autoritário, não implica na submissão da personalidade humana, mas sim na demarcação nítida entre as prerrogativas inalienáveis do indivíduo e aquilo que a coletividade social tem o direito de lhe impor pela ação da máquina estatal. Tal não acontece no Estado totalitário, onde a coletividade nacional se reduz a mera executante das ordens de uma vontade superior, que não admite questionamento.

A diferença marcante no tocante à liberdade individual marca a nítida incongruência entre a organização autoritária e o facismo. Naquela, esclarece Amaral, "não há compressão do indivíduo ou cerceamento das suas iniciativas e atividades, por forma a submeter a coletividade nacional à ação arbitrária do poder público em condições praticamente equivalentes a um regime de escravidão. Tanto no plano espiritual como na esfera econômica, autoridade do Estado do tipo adotado agora no Brasil faz-se

---

<sup>4</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.155.

sentir sob a forma de coordenação e reajustamento das atividades dos indivíduos e dos grupos sociais, bem como pela intervenção protetora que visa preencher, pela assistência estatal, as deficiências e lacunas verificadas no tocante a assuntos que normalmente devem permanecer na órbita das responsabilidades individuais"<sup>5</sup>. Promover fundamentalmente o bem público, por forma a não impedir o exercício das liberdades individuais, desde que harmonizadas com o interesse coletivo, é o objetivo último do Estado autoritário do tipo adotado no Brasil.

De fato, apesar das diferenças expressivas quanto ao enfrentamento da questão da liberdade, no campo propriamente político de sua atuação, entre o modelo autoritário e o facista ainda surgem confusões no tocante à atuação econômica de ambos. Tendo como finalidade, expressa no texto constitucional, o estabelecimento de um regime corporativo na ordem econômica, o Estado autoritário, para muitos, se aproxima do facista, que se inspira em semelhante princípio. Porém, importa destacar, para Amaral, que a idéia de corporativismo não é inerente àquele regime.

---

<sup>5</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.157.

Assim, como ocorreu com os princípios do autoritarismo, a idéia corporativa teve seu reaparecimento associado ao movimento facista, o que ajudou a criar uma certa confusão em torno da mesma. Longe de implicar em um princípio do facismo, a idéia corporativista, cujas origens históricas, para Amaral, seriam remotas, reaparece no mundo contemporâneo como uma tentativa de se conter os excessos do individualismo do século XIX, cuja lógica levava à ameaça de um amplo conflito social entre as forças do trabalho e do capital.

Condições econômicas novas, inerentes ao funcionamento do capitalismo da produção em massa do século XX, resgataram o valor histórico do corporativismo na organização sócio-econômica, livrando as sociedades ocidentais da ameaça de uma luta sem tréguas entre capital e trabalho, como prevista na teorização marxista<sup>6</sup>. Agora, o que se assitia por toda a parte era uma colaboração entre patrões e empregados em torno da produção em massa, cuja lógica fez ruir os argumentos da economia clássica, que encarava o trabalho como uma mercadoria pela qual o patrão tinha interesses em pagar o mínimo salário.

---

<sup>6</sup> O autor refere-se, nitidamente, ao Manifesto Comunista.

A produção em massa, requeria amplos mercados consumidores para os artigos que se produzia. Sendo os trabalhadores ampla maioria nas sociedades produtoras, aumentar-lhes o poder aquisitivo seria de interesse dos empregadores, que formariam mercados para a absorção de sua produção. Dessa forma, a previsão marxista de um conflito irresistível entre capital e trabalho foi confrontada pelos fatos gerados pela evolução da técnica de produção industrial, que transferiu a ação capitalista para um plano de ação corporativa de que os *trusts* são órgãos característicos.

A economia capitalista evoluía para um plano diferente das configurações do liberalismo econômico, iniciando uma fase de superação da concorrência ilimitada e da desorganização da produção e distribuição das mercadorias. Segundo Amaral, "o capital organizava-se em formações próprias, ao mesmo tempo que o trabalho consolidava e aumentava a eficiência econômica e política das suas corporações"<sup>7</sup>. Um novo perigo se formava, ameaçando a segurança dos Estados e das economias nacionais: era o risco de uma luta industrial inteiramente nova, levada a efeito pelos grandes sindicatos de

---

<sup>7</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.165.



trabalhadores e as grandes corporações capitalistas. Diante disso, se impôs a necessidade da renovação do conceito de Estado, com a elaboração de organizações capazes de intervirem na economia através de um sistema corporativista de produção e distribuição.

O corporativismo, então, derivaria de causas universais inerentes ao funcionamento do sistema econômico capitalista, não sendo, portanto, uma simples inovação da doutrina facista. Esta, ao contrário, desvirtuou-lhe o caráter, fazendo com que do Estado emanassem as diretrizes que, através dos sindicatos e demais órgãos corporativos, repercutissem sobre a sociedade. Na realidade, atesta Amaral, "o princípio sobre o qual se baseia a idéia do Estado corporativo é o da representação da sociedade por meio dos órgãos que constituem os núcleos dos grupos econômicos e profissionais. De acordo com esta teoria, é dos sindicatos que devem partir, para convergirem no Estado, as expressões múltiplas das correntes que formam, no seu conjunto, a vontade nacional e podem ser consideradas como autênticas forças representativas da nação"<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 166.

A organização corporativa da economia brasileira, como está prevista na Constituição de 10 de Novembro de 1937, nada tem de comum com as expressões correntes do facismo italiano, da mesma forma que em sua estrutura o Estado Novo se acha imune ao totalitarismo. Como era de se supor, integrando-se nas correntes mais profundas da brasilidade, o Estado brasileiro emana na nação como sua forma política. Por isso ele não incorre também nos erros inerentes aos postulados da democracia liberal. Nele se pratica a democracia autêntica, baseada na perfeita identidade de interesses entre nação e Estado.

Como seria de supor, no tocante a identidade entre Estado e nação está contida uma certa interpretação do método representativo, onde as experiências anteriores são renegadas como inadapáveis ao caso brasileiro. Dessa forma, procede Amaral a uma separação entre democracia e representação argumentando que a democracia autêntica independe da aplicação dos métodos representativos baseados no sufrágio universal. Segundo ele, o ponto fundamental na idéia democrática reside na convergência entre a organização política e a nação em torno das expressões da nacionalidade. Assim, a forma de se garantir aquela identidade não resultaria diretamente da adoção dos mecanismos de

participação prescritos pela agenda liberal-democrática, mas sim derivaria das realidades concretas de cada caso nacional<sup>9</sup>.

As deficiências do método de representação inerente à democracia liberal seriam já suficientes para afirmar a necessidade de sua substituição por formas mais consentâneas com a realidade. A representação verdadeira da nação, então, seria garantida não pela aceitação dos princípios do critério majoritário, presentes no funcionamento do mecanismo eleitoral, mas pela superação das fantasias equalitárias presentes no corpo da doutrina democrático-liberal. Conforme dirá Amaral, "uma forma de representação fundada na noção falsa da igualdade real de todos os indivíduos e na negação do fato evidente de que as responsabilidades e a capacidade de ação deles na vida nacional são profundamente diferentes em vulto e em significação, não pode portanto resultar senão em caricatura do autêntico sistema representativo. É o que ocorre com a

---

<sup>9</sup> Conforme Amaral, "um método de representação que pode dar em um país resultados satisfatórios, tem em outro de acarretar inevitavelmente a perversão na prática do conceito de representação. Foi o que aconteceu entre nós com o processo de eleição indireta, pelo sufrágio universal promiscuo. Aliás, esse método de apresentação tem dado por toda a parte resultados que estão provocando a sua condenação universal". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. pp. 169/170.

aplicação do sufrágio universal, no processo de eleição direta" <sup>10</sup>.

A verdadeira igualdade da democracia, para Amaral, seria a igualdade de oportunidades, que nada tem de comum com a noção de que todos os componentes do corpo social são iguais, podendo, portanto, participar da mesma forma na organização política da nação. A realidade concreta demonstra que numa coletividade nacional não é a totalidade das massas populacionais que intervém de forma ativa na vida social, econômica, política e cultural da sociedade. "Ao lado dessas forças sociais reúnem-se outras que, embora tenham também incontestavelmente um papel a representar, não atuam senão como instrumentos de realização dos objetivos dos grupos dirigentes cujas tendências, ajustando-se em um sistema coordenado sob o ritmo da idéia nacional, imprimem o verdadeiro sentido da vida coletiva" <sup>11</sup>. Assim, ao estabelecer como método de representação da nação a eleição indireta, com um sufrágio extensivo às massas da população, a Constituição do novo Estado brasileiro atende à imperativos da realidade,

---

<sup>10</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 174.

<sup>11</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p. 173.

atenuando sobremaneira, na visão de Amaral, os defeitos de semelhante método.

O método eleitoral do Estado Novo, baseado na eleição indireta e na formação de colégios eleitorais para a escolha dos membros das assembleias políticas, ao mesmo tempo que baseia-se em imperativos da realidade, por estabelecer um método que permita às massas manifestarem-se de acordo com um certo grau de discriminação racional, ao escolher entre pessoas de destaque no meio local os seus representantes, atende também às mais sinceras tradições brasileiras. Conforme explica Amaral, "o corpo eleitoral, constituído por todos os cidadãos qualificáveis, toma parte direta na escolha da Câmara Municipal e dos dez cidadãos eleitos na mesma ocasião e que, conjuntamente com os vereadores, serão os eleitores dos deputados enviados pela unidade federativa ao Parlamento Nacional. Com esse dispositivo do art. 47 da Constituição, fica restituída ao município, na nossa organização política, a função histórica por ele representada através da formação da nacionalidade como núcleo plasmador do espírito brasileiro. Assim, no processo de eleição indireta adotado pelo legislador constituinte foi também introduzido o princípio nacionalista que virá tirar ao Parlamento o caráter de um mosaico de legações regionalistas,

dando-lhe o cunho de uma representação verdadeiramente nacional, isto é, do povo brasileiro tomado em conjunto"<sup>12</sup>.

Além dos mecanismos de representação já descritos, a Constituição de 10 de Novembro preceitua o pronunciamento plebiscitário da nação pelo sufrágio universal em eleição direta toda vez que se colocarem na pauta política questões da máxima relevância nacional. Desta forma, garante-se o caráter democrático do Estado autoritário, uma vez que no plebiscito o eleitor será confrontado com apenas duas alternativas, claramente definidas, de forma a não confundir a sua capacidade de julgamento, o que garantirá sua participação efetiva na direção da nação.

Do que foi até aqui exposto, infere-se que, para Amaral, o Estado Novo é uma organização democrática e nacionalista, que nada tem de comum com o facismo, inserindo-se em tradições consagradas pela formação histórica do país. Seu objetivo, é superar os erros que se acumularam na evolução política do Brasil, pela sua harmonia com a realidade nacional.

.....

---

<sup>12</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p.175.

## Identificação entre Estado e Sociedade

Sendo incomparavelmente mais democrático que os regimes anteriores, de 1891 e 1934, o regime estabelecido pelo golpe de Estado de 10 de novembro caracteriza-se de modo inconfundível pela identificação, que ele torna possível, entre o Estado e a sociedade. Esta, torna supérfluos, na perspectiva de Amaral, os órgãos de intermediação presentes no receituários liberal democrático, pois a representação vai se realizar graças à critérios objetivos, derivados da hierarquia social brasileira, onde cada um vai contribuir na direção do organismo estatal com a atuação cívica correspondente à parcela de sua responsabilidade no dinamismo coletivo.

A questão da relação entre Estado e sociedade, derivada do apriorismo democrático-liberal, no Brasil está definitivamente superada por uma forma que define a unidade harmoniosa entre ambos, ao mesmo tempo que garante o espaço indispensável para o exercício da liberdade individual no tocante aos assuntos econômicos e políticos, distanciando-se, assim, dos preceitos totalitários. Nem subalterno à sociedade, nem compressor da mesma, o Estado autoritário brasileiro rompe com as ficções em que se baseiam os dois extremos da organização estatal. Para

Amaral, "tanto o Estado liberal como o Estado totalitário correspondem a conceitos igualmente fictícios e utopistas da correlação entre a sociedade e a organização estatal. No caso do Estado baseado no princípio individualista, a teoria não leva em conta a existência da Sociedade como fato real e concreto, pois abstrai de uma série de fenômenos complexos que caracterizam o dinamismo social e cuja repercussão no funcionamento e no sentido da maquinaria estatal não pode deixar de ser considerada. O conceito do Estado totalitário é viciado pelo erro oposto, que consiste em eliminar a realidade irreduzível representada pela personalidade humana, entre cujas manifestações se encontram atividades de caráter psicológico e de natureza material, sobre as quais o controle estatal não se justifica e, quando exercido sob a pressão de imperiosos motivos de interesse coletivo, deve ser sempre muito moderado e discreto"<sup>13</sup>.

No Estado autoritário brasileiro, que é um organismo em perfeita harmonia com a nação, todos os indivíduos e grupos sociais, independentemente da opinião que professem, estão integrados como parte da coletividade nacional. Dessa forma, torna-se desnecessária a existência do partido político, uma

---

<sup>13</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. pp. 184/185.



vez que esse funciona como pressuposto do apriorismo democrático liberal, onde nunca haveria em conjunto a identificação da sociedade com o Estado. Conforme explica Amaral, "o conceito do sistema representativo identificado com o liberalismo fazia, (...) com que o Estado fosse o instrumento de poder capturado pelo partido que conseguira vencer na última eleição. Assim, jamais a Nação se identificava com o Estado, que era apenas o instrumento de um grupo social de que o partido vencedor era o órgão de expressão política. Em tais circunstâncias, a existência dos partidos estava indissoluvelmente vinculada à natureza do regime"<sup>14</sup>.

A inexistência dos partidos, entretanto, não significa uma restrição imposta à sociedade. pelo contrário, no regime brasileiro, o Estado atribui aos indivíduos e aos grupos por ele formados uma ampla liberdade de iniciativa, mas essa não pode nunca colidir com a segurança da organização estatal e seu sentido ideológico, sob pena de agredir aos mais altos interesses nacionais, do qual aquela é a expressão autêntica. "O Estado autoritário sendo essencialmente nacional, o que equivale dizer que ele e a Nação constituem pela sua união consubstancial um todo

---

<sup>14</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. p.187.

perfeito e indissolúvel, desobedeceria aos imperativos do instinto de conservação nacional se tolerasse qualquer atividade dirigida contra a sua existência, estabilidade e pureza"<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional. pp.188/189.

**Conclusão: O Estado Novo e a Modernização**

## Conclusão: O Estado Novo e a modernização

A obra de Azevedo Amaral contém uma interpretação da evolução da sociedade brasileira, onde o período anterior à revolução de trinta e ao advento do Estado Novo é caracterizado como um desvirtuamento na trajetória natural de formação da nacionalidade e construção do Estado. A aventura política do Brasil, conforme explicita um de seus livros<sup>1</sup>, seria um passado de enfermidade, responsável pela manutenção do atraso. Portanto, na lógica de seu argumento, a grande tarefa no período pós-revolucionário seria a superação dessa situação, pelo reencontro da realidade, matriz indispensável à construção da nova ordem.

Na elaboração de Amaral, há a suposição da existência de uma hierarquia entre os modelos de Estado que corresponderiam a cada sociedade na marcha evolutiva<sup>2</sup>. Aos povos socialmente mais

<sup>1</sup> Azevedo Amaral. A Aventura Política do Brasil. RJ, Livraria José Olympio Editora, 1935.

<sup>2</sup> Em "A Aventura Política do Brasil", Amaral desenvolve uma análise sobre o que ele considera os três tipos básicos de formações estatais: a militar, a política e a econômica. Cada uma delas corresponderia a um estágio evolutivo dos povos em sua luta por constituírem coletividades sociais. Segundo explica, seriam as circunstâncias geográficas mais as características raciais do povo em apreço que determinariam o grau de sua evolução e o tipo de Estado correspondente. Assim, o que ele qualifica como instintos fundamentais (de conservação, nutritivo e de domínio) seriam as bases das formações estatais a dividir os povos em categorias diferenciadas. O Brasil, pela sua própria história, deveria

avançados corresponderia o Estado de tipo econômico, como o que se estava inaugurando no Brasil pela implementação da Constituição de 1937. Dessa forma, acreditava, se ultrapassariam as anomalias que se foram acumulando na história brasileira, todas elas vinculadas à adaptação artificial e forçada das instituições democrático-liberais à realidade nacional.

A reconstrução do que teria sido a história brasileira, na obra de Amaral, faz-se necessária para que se comprove a sua tese afirmativa ao Estado Novo. Nestes termos, sua perspectiva desqualifica o que seria uma justificativa pela via da tradição. Conforme fica evidente em seus livros, não seria a cordialidade do homem brasileiro, nem uma suposta democracia racial, que explicariam o desajuste do modelo liberal-democrático entre nós, mas seria a dinâmica das forças econômicas que exigiria o novo tipo de Estado. O destino do Brasil seria o progresso e o desenvolvimento industrial, somente possível pela ação estatal.

---

almejar a um Estado Econômico, que "tendo todo o seu dinamismo promanado do exercício de atividades orientadas precipuamente por conhecimentos técnicos, é por todos esses motivos inclinado à formação do meio adequado à investigação da realidade objetiva e à análise dos fenômenos naturais de um ponto de vista realístico e relativista que, através da evolução social, se vai definindo progressivamente pela racionalidade dos seus métodos, até assumir a forma característica do verdadeiro espírito científico". Azevedo Amaral. op.cit. p.71.

Construir a doutrina do novo Estado, fundado no exercício da autoridade governamental, foi uma constante nas reflexões de Amaral, mesmo no período que antecede ao Estado Novo. Suas formulações apostam na modernização econômica como saída possível para a crise que havia decretado a falência da primeira República e continuava ameaçando a sociedade agroexportadora. Industrializar era o mote de um pensamento que percebia as dificuldades à empresa renovadora e buscava alternativas para que não se perdesse a virtualidade do momento histórico favorável à mudança. Seu temor, era o de um retorno das oligarquias, mas também incorporava principalmente a ameaça de uma revolução popular que destituísse as elites de sua posição de direção.

O estadista, dentro desta visão, seria o responsável pela implementação da obra nacional. Esta, seria um desejo apenas latente nas massas populares, incapazes de elevá-lo à condição de força construtora. Às elites caberia esse papel, de interpretar e transmitir ao chefe político o que é apenas instinto popular. Assim, se unificaria Estado e nação, garantindo-se o vínculo imprescindível entre aquele e a realidade, ao mesmo tempo em que se legitima a autoridade pela sua suposta devoção aos imperativos nacionais.

O corporativismo, para Amaral, seria o caminho natural de uma ordem onde nação e Estado se identificariam naturalmente, sem a necessidade de intermediação dos mecanismos representativos democráticos-liberais. Num contexto onde os objetivos visados se referem à modernização econômica, a organização corporativa ofereceria a possibilidade de subordinar-se os interesses individuais às injunções do bem coletivo, sem que o Estado se apresentasse como compressor da liberdade. Como bem interpreta Angela de Castro Gomes, "o futuro da democracia brasileira não implicava mais partidos ou assembleias como fonte da vontade popular. Em substituição a tais mecanismos -nas quais se dispendia tempo e dinheiro preciosos- encontravam-se os órgãos técnicos e as corporações que consultavam as verdadeiras necessidades sociais pela observação e pela experiência diretas. As funções dos governos modernos eram, acima de tudo, funções de especialização técnica, donde a importância da criação dos órgãos representativos da vida econômica do país, que podiam, como interlocutores válidos, exprimir a vontade popular"<sup>3</sup>. Além disso, ressalta Amaral, haveria um sentido voluntarista central ao

---

<sup>3</sup> Angela de Castro Gomes. A Invenção do Trabalhismo. SP, Vértice; RJ, Iuperj, 1988. p. 225.

corporativismo contemporâneo, tal e qual se adotava no Brasil<sup>4</sup>.

A adoção de uma perspectiva voluntarista, completando suas teses eminentemente evolucionistas, explica-se pelo senso de oportunidade de um autor que não quer deixar escapar as possibilidades abertas pelo momento histórico que amplia sobremaneira a significação do Estado quanto aos objetivos da modernização. Defendendo o caráter autoritário, corporativista e intervencionista do regime de 37, Amaral visa garantir a construção da estrutura necessária à industrialização. Seu plano, entretanto, não se reveste de um caráter instrumental, mas permanente, uma vez que supõe riscos à ordem pelo funcionamento do livre mercado.

Amaral, entretanto, mesmo defendendo um intervencionismo estatal permanente no campo econômico, preocupa-se em afirmar a afinidade entre o Estado autoritário e a organização econômica

---

<sup>4</sup> Conforme explica Amaral, "nada talvez caracteriza melhor o pensamento novo, cuja elaboração se tem ativado principalmente depois da grande guerra, do que a tendência a deslocar a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do plano de um determinismo inexorável para o campo onde o fator representado pela vontade humana aparece como elemento de incalculável relevância. Esse sentido voluntarista, que se reflete em todos os aspectos da vida contemporânea, pode ser apontado como traço mais característico da idéia central do corporativismo". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1938. pp. 260/261.



capitalista<sup>5</sup>. Seu objetivo não é impedir a apropriação privada do lucro, mas a socialização dos meios de produção. Desta forma, sob o argumento dos imperativos nacionais o Estado agiria francamente em favor da modernização, tolhendo a iniciativa política da sociedade. Uma estranha combinação de liberalismo econômico e autoritarismo político, ainda que, em tese, se repugnasse aquele em favor do mais alto nacionalismo<sup>6</sup>.

Instrumento essencial à específica modernização, o Estado Novo, enaltecido por Azevedo Amaral, marca um processo onde os objetivos mudancistas se realizaram pela incorporação de pedaços inteiros do passado que se pretendia superar. Assim, às conquistas advindas de um certo planejamento e racionalização estatal no tocante à economia, somam-se enormes desigualdades sociais e regionais quanto à distribuição de renda, culminando numa situação contemporânea de exclusão social e oligarquização política<sup>7</sup>. Uma modernização desacompanhada da

<sup>5</sup> "O novo regime brasileiro é no plano econômico essencialmente capitalista". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p.193.

<sup>6</sup> Conforme pregava Amaral, "as possibilidades dinâmicas do estado autoritário, como órgão das energias criadoras de uma verdadeira democracia, podem justificar a esperança de estarmos, afinal, no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das suas riquezas e pela expressão autêntica do gênio peculiar do seu povo". Azevedo Amaral. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p.279.

<sup>7</sup> Conforme Milton Lahuerta. Crise Social, Reforma da Política e Revisão Constitucional (notas preliminares), mimeo.

modernidade por força de um discurso enaltecedor do nacional, da realidade nacional.

## **Bibliografia**

## Bibliografia

ALCÂNTARA, Aspásia Brasileiro. A Teoria Política de Azevedo Amaral, in Dados, nº 2/3, 1967.

ALCÂNTARA, Aspásia Brasileiro. Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro, in Dados, nº 12, 1970.

AMARAL, A. J. Azevedo. Ensaio Brasileiro, RJ, Omega e Barreto, 1930.

AMARAL, A. J. Azevedo. O Brasil na Crise Atual, SP, Cia. Editora Nacional, 1934.

AMARAL, A. J. Azevedo. A Aventura Política do Brasil, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1935.

AMARAL, A. J. Azevedo. Renovação Nacional, 1936. (sem indicação do editor).

AMARAL, A. J. Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1938.

AMARAL, A. J. Azevedo. Getúlio Vargas Estadista, RJ, Irmãos Pongetti, 1941.

ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antonio Gramsci, in Crítica Marxista, Ed. Joruês, 1986.

ANDRADE, Carlos Drumond de. O Observador no Escritório, Circulo do Livro. (sem data de edição)

ARANTES, Paulo Eduardo. Nota Sobre a Crítica da Filosofia da História, in Almanaque (Cadernos de Literatura e Ensaio), n° 3, Ed. Brasiliense.

ARANTES, Paulo Eduardo. Paradoxo do Intelectual (Dialética e Experiência em Hegel), in Manuscrito - Revista de Filosofia, Volume IV, n° 1, SP, Unicamp, outubro/1980.

ARANTES, Paulo Eduardo. O Partido da Inteligência (Nota sobre a Ideologia Alemã), in Almanaque (Cadernos de Literatura e Ensaio), n° 9, SP, Ed. Brasiliense, 1979.

ARANTES, Paulo Eduardo. O Positivismo no Brasil, in Novos Estudos Cebrap, n° 21, julho de 1989.

ARANTES, Paulo Eduardo. Uma Reforma Intelectual e Moral, mimeo.

BERLIN, Isaiah. A Unidade Européia e suas Vicissitudes, in Limites da Utopia, SP, Cia. das Letras, 1991.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar (A Aventura da Modernidade), SP, Cia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. Céu, Inferno (Ensaios de Crítica Literária e ideológica), SP, Ed. Ática, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico, in ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39, SP, Ed. Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas, SP, Ed. Brasiliense, 1990.

CÂNDIDO, Antonio. A Educação pela Noite & Outros Ensaios, SP, Ed. Ática, 1989.

CÂNDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade, SP, Cia. Editora Nacional, 1985.

CONSTANT, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos, in Revista Filosofia e Política, nº 2, RS, LP&M, 1985.

COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil, RJ, José Olympio Editora, 1956.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Democracia no Brasil, in Encontros com a Civilização Brasileira, vol. 17, RJ, Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Dualidade de Poderes, SP, Ed. Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: Um Estudo sobre seu Pensamento Político, RJ, Ed. Campus, 1989.

DEUTSCHER, Isaac. Trotsky: O Profeta Armado, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1984.

DINIZ, Eli. Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico, in Dados, vol. 32, n° 3, 1989.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: Estrutura do Poder, Relações de Classes, in FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano, 3° volume, SP, Difel, 1986.

DINIZ, Eli. Oliveira Vianna Hoje (O Pensamento Autoritário dos Anos 30), in Ciência Hoje, vol. 5, nº 29, março de 1987.

DINIZ, Eli. Política e Economia no Primeiro Governo Vargas, in Ciência Hoje, vol. 2, nº 7, Julho/Agosto de 1983.

DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura, in Dados, vol. 28, nº 3, 1985.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses (Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960), RJ, Paz e Terra.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. O Curto Verão da Anarquia, SP, Cia. das Letras, 1987.

FACIOLI, Valentim (org.). Breton-Trotsky: Por uma Arte Revolucionária Independente, SP, Paz e Terra: Cemap, 1985.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder (Formação do Patronato Político Brasileiro), SP, Editora Globo, 1989. (2 volumes)



FAORO, Raymundo. A Modernização Nacional, in Existe um Pensamento Político Brasileiro?, SP, Ed. Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 (Historiografia e História), SP, Editora Brasiliense, 1994.

GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo, SP, Vértice; RJ, Iuperj, 1988.

GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, RS, LP&M Editores, 1986.

HEMINGWAY, Ernst. Paris é uma Festa, Círculo do Livro. (sem data de edição)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, RJ, José Olympio, 1969.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1988.

IANNI, Octávio. Estado e Capitalismo, SP, Ed. Brasiliense, 1989. (2ª edição revista e ampliada)

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1991. (5ª edição, revista e atualizada)

IANNI, Octávio. Estilos de Pensamento, in BASTOS, Élide Rugai. e MORAES, João Quartim de. O Pensamento de Oliveira Vianna, SP, Ed. Unicamp, 1993.

IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno, SP, Ed. Brasiliense, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. Breve História Contemporânea del Brasil, México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil (1500-1964), SP, Cia. das Letras, 1993.

LAHUERTA, Milton. Crise Social, Reforma da Política e Revisão Constitucional (Notas Preliminares), mimeo.

LAHUERTA, Milton. Elitismo, Autonomia, Populismo (Os Intelectuais na Transição dos Anos 40), mimeo, 1992.

LAHUERTA, Milton. A Recuperação da Esfera Pública, in São Paulo em Perspectiva, 3 (1/2), janeiro/junho de 1989.

LAMOUNIER, Bolivar. Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais, in Dados, nº 5, 1968.

LAMOUNIER, Bolivar. Introdução, in AMARAL, A. J. Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, col. Pensamento Político Republicano, Ed. UNB, 1981.

LESSA, Renato. A Invenção Republicana (Campos Salles, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira), RJ. Ed. Vértice e Iuperj, 1988.

LOTTMAN, Herbert R.. A Rive Gauche :Escritores, Artistas e Políticos em Paris (1930-1950), RJ, Ed. Guanabara, 1987.

LUKÁCS, Georg. El Asalto a la Razón, Ediciones Grijalbo, Espanha.

MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Inteligência: Os Intelectuais e a Política no Brasil (1920-1940), in RBCS, nº 4, vol. 2, junho/1987.

MARTINS, Luciano. A Liberalização do Regime Autoritário no Brasil, in O'DONNELL, G., SCHMITTER, P.C. e WHITEHEAD, L. Transições do Regime Autoritário, SP, Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, F.. A Ideologia Alemã (Feuerbach), SP, Hucitech, 1984.

MICELLI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945), SP, Ed. Difel, 1979.

MORAES, João Quartim de. Ideólogos Autoritários e Teorias sobre o Autoritarismo: Uma Síntese Crítica, in Revista Filosofia e Política, nº 3, 1986.

MORAES, Maria Célia M. de. Francisco Campos: O Caminho de uma Definição Ideológica (Anos 20 e 30), in Dados, vol. 35, nº 2, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), SP, Ed. Ática, 1985.

NADEAU, Maurice. História do Surrealismo, SP, Ed. Perspectiva, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os Anos Trinta, in Perspectivas, nº 11, SP, 1986.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Permanência e Mudança no Setor Público, in Revista do Serviço Público, ano 45, vol. 118, nº 1, jan/jul. de 1994.

OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. e GOMES, A. M. C. (orgs.). Estado Novo: Ideologia e Poder, RJ, Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30, in Dados, nº 22, 1979.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional, SP, Ed. Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira (Cultura Brasileira e Indústria Cultural), SP, Ed. Brasiliense, 1989.

PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação, SP, Ed. Ática, 1990.

RIBEIRO, Darcy. Teoria do Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1975.

ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B. e SCHVARZER, J. (orgs.). Como Renascer as Democracias, SP, Ed. Brasiliense, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Imaginação Político-Social Brasileira, in Dados, nº 2/3, 1967.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem Burguesa e Liberalismo Político, SP, Duas Cidades, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Pós-Revolução Brasileira, in JAGUARIBE, Hélio (org.). Brasil, Sociedade Democrática, RJ, José Olympio, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro, RJ, Ed. Campus, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. Representação e Cooptação Política no Brasil, in Dados, nº 12, 1976.

SCHWARZ, Roberto. As Idéias Fora do Lugar, in Ao Vencedor as Batatas, SP, Ed. Duas Cidades, 1988.

SCHWARZ, Roberto. Que Horas São?, SP, Cia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. A Literatura como Missão (Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República), SP, Ed. Brasiliense, 1989.

SILVA, José Luiz Werneck da. (org.) O Feixe e o Prisma (Uma Revisão do Estado Novo), vol. 1: O Feixe: O Autoritarismo como Questão Teórica e Historiográfica, RJ, Jorge Zahar Editor, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. Orientações do Pensamento Brasileiro, RJ, Ed. Vecchi Ltda., 1942.

SOUZA, M. C. Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964), SP, Alfa-Omega, 1990.

TÓTORA, Silvana Maria Correa. Azevedo Amaral e o Brasil Moderno, mimeo, 1991.

VÁRIOS AUTORES. A Revolução de 1930: Seminário Realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, RJ, Setembro de 1980, Brasília, Ed. UNB, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. O Moderno na Política Brasileira, in Presença, nº 5.

VIANNA, Luiz Werneck. O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática, in Dados, vol. 26, nº 3, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. Problemas de Política e de Organização dos Intelectuais, in Presença, nº 1.

VIANNA, Luiz Werneck. A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial, RJ, Ed. Revan, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. De um Plano Collor a outro, RJ, Ed. Revan, 1991.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira, RJ, Paz e Terra, 1980.